

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 2 | Fevereiro 2008



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Fevereiro de 2008

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Fevereiro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	1
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	19
Destaques	25
População Activa e Participação no Mercado de Trabalho em 2007	27
Artigos	29
Em Análise:	31
Balanço da Presidência Portuguesa na área dos Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN)	31
Ensaio:	36
Market Potential and Welfare in the Iberian Peninsula in the 1990s	36
Iniciativas e Medidas Legislativas	43
Abreviaturas Utilizadas	51

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * A CE divulgou as previsões intercalares para 2008, revendo em baixa o crescimento económico da UE e da área do euro para 2% e 1,8%, respectivamente (menos 0,4 p.p do que o previsto em Novembro). Em relação à inflação, a CE aponta para uma aceleração para 2,9% na UE e 2,6% na área do euro, em resultado do forte crescimento dos preços dos produtos alimentares e da energia.
- * As previsões intercalares do FMI reviram, também, em baixa as previsões para o crescimento da economia mundial em 2008. O FMI aponta para um abrandamento do PIB norte-americano em 2008 para 1,5% (2,2% em 2007) e para 1,6% na área do euro (2,7% em 2007).
- * No 4º trimestre, o PIB dos EUA aumentou 2,5% em termos homólogos, 0,3 p.p abaixo do verificado no trimestre anterior.
- * Na União Europeia, registou-se um abrandamento do PIB no 4º trimestre para 2,6% em termos homólogos (3% no 3º trimestre). Em Janeiro, o índice de sentimento económico manteve-se em tendência descendente.
- * No dia 30 de Janeiro, a Reserva Federal dos EUA reduziu a sua taxa de referência em 0,50 p.p. para 3%.
- * Em Janeiro, o preço médio do petróleo Brent situou-se em cerca de 92 USD/bbl, 1,1% acima do verificado no mês anterior e 71,3% acima do verificado no mesmo período de 2007.

Conjuntura Nacional

- * Estimativa Rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE aponta para uma variação homóloga do PIB de 2% no 4º trimestre, tendo acelerado face ao trimestre anterior (1,7%). A informação disponível para o 4º trimestre, sugere que esta aceleração reflecte um comportamento mais dinâmico do investimento, em oposição à deterioração do contributo da procura externa líquida.
- * Em Janeiro, a generalidade dos indicadores apontam para um comportamento menos dinâmico da procura interna.
- * No 4º trimestre, a situação do mercado de trabalho registou uma melhoria: a taxa de desemprego diminuiu para 7,8% (7,9% no 3º trimestre) e o emprego acelerou para 0,9% (0,3% no 3º trimestre). No conjunto do ano, a taxa de desemprego foi de 8% (7,7% em 2006) e o emprego aumentou 0,2% (0,7% em 2006).
- * Em Janeiro, a taxa de inflação homóloga foi de 2,9%, mais 0,2p.p do que no mês passado.
- * Os valores provisórios para a execução orçamental da Administração Regional e Local em 2007, apontam para saldos de -4,4 e 127,8 milhões de euros, respectivamente, ligeiramente acima dos valores previstos aquando da elaboração do Relatório do Orçamento do Estado para 2008. Os valores agora disponíveis para o subsector dos Serviços e Fundos Autónomos também permitem antever uma execução mais favorável do que a prevista para o conjunto da Administração Central.
- * Em Janeiro de 2008, o défice provisório do Estado, também na óptica da contabilidade pública, atingiu 382 milhões de euros, 143 milhões de euros abaixo do verificado no mesmo período de 2007. O défice primário registou uma melhoria de 215 milhões de euros, cifrando-se em 148 milhões de euros. O excedente da Segurança Social foi de 591 milhões de euros (299 milhões de euros acima do observado em Janeiro de 2007).

Comércio Internacional

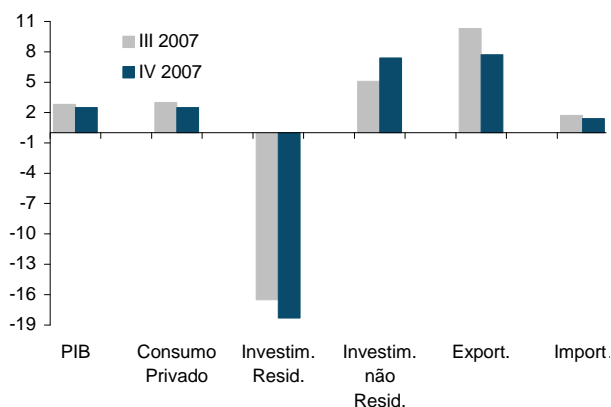
- * No período de Janeiro a Novembro de 2007, as “exportações” e as “importações” de mercadorias cresceram, em termos homólogos, respectivamente 8,8% e 6,4%.
- * Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 10,4% em termos homólogos. Desse crescimento, 40,8% é explicado pelas “exportações” de Serviços.
- * As rubricas das “exportações” de Bens e Serviços que maiores crescimentos homólogos revelaram nos últimos 12 meses foram as da área dos Serviços, designadamente as da “Construção” (+32,8%), da “Informação e Informática” (+30,7%), dos “Direitos de Utilização” (+25,1%), dos “Financeiros” (+22,5%), e da “Comunicação” (+22,2%).
- * No mesmo período, as rubricas que proporcionalmente mais contribuíram para o crescimento das “exportações” de Bens e Serviços, foram o grupo de produtos “Máquinas” (14,5%), os serviços “Viagens e Turismo” (14,3%), e o grupo “Minérios e Metais” (10,7%).

1. Enquadramento Internacional

Actividade económica extra-UE

No 4º trimestre, o PIB dos EUA desacelerou em termos homólogos reais, em resultado de um agravamento da generalidade das componentes. Contudo, a evolução do total do investimento privado foi menos negativa devido à melhoria do investimento não residencial. Por sua vez, a actividade na construção no segmento residencial continuou a deteriorar-se, tendo as vendas de novas habitações apresentado uma quebra de 33,4% em termos homólogos (-26,5% no 3º trimestre).

Figura 1.1. PIB e Componentes da Despesa em volume nos EUA (VH, em %)

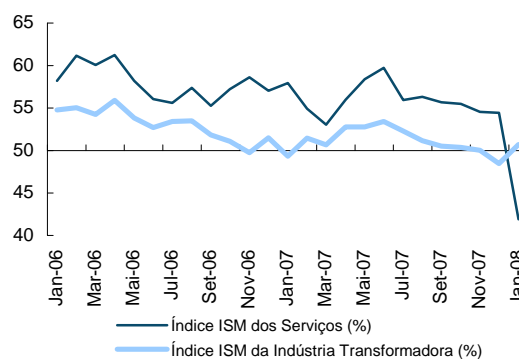


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Em Janeiro de 2008:

- o indicador de confiança dos empresários da indústria melhorou;
- as vendas a retalho aumentaram 3,9% em termos homólogos nominais (3,7% no mês precedente);
- o indicador de confiança dos serviços registou uma forte deterioração (nível mais baixo desde Novembro de 2001), tendo este sector contribuído, em parte, para a destruição do emprego total, que apresentou uma quebra de 17 mil face ao mês precedente (+82 mil em Dezembro).

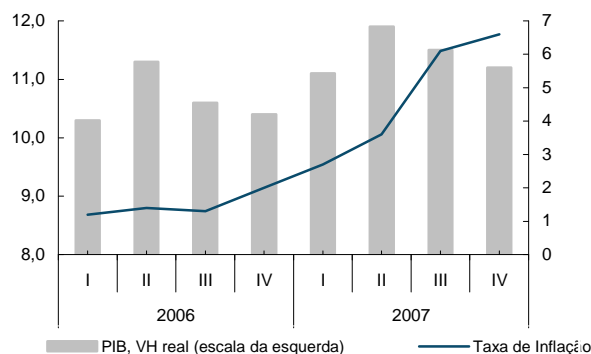
Figura 1.2. Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fonte: Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da actividade.

A actividade económica da **China** continuou a apresentar uma forte expansão no 4º trimestre, tendo o PIB aumentado 11,2% em termos homólogos reais (11,5% no 3º trimestre). A taxa de inflação subiu para 6,6% (6,1% no 3º trimestre).

Figura 1.3. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China (NBSC).

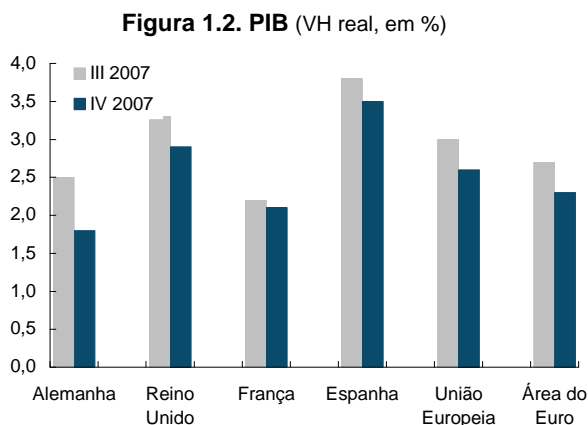
A economia do **Japão** estabilizou no 4º trimestre, tendo o PIB aumentado 1,8% em termos homólogos reais (1,9% no 3º trimestre). Para esta evolução contribuiu o menor crescimento da procura interna, enquanto as exportações aceleraram para 10,8% em termos homólogos reais (8,6% no 3º trimestre).

Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

	Unidade	Fonte	2007	2006					2007			2008
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,6	1,5	1,9	2,8	2,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	1,9	3,5	2,5	1,8	1,6	1,8	1,5	2,2	1,6	:
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,1	50,8	50,5	53,0	51,3	49,6	50,4	50,0	48,4	50,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,0	57,6	55,3	58,0	56,0	54,8	55,5	54,6	54,4	41,9
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	85,6	92,5	92,2	86,9	85,7	77,5	80,9	76,1	75,5	78,4
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,6	4,4	4,5	4,5	4,7	4,8	4,8	4,7	5,0	4,9
China – PIB real	VH	NBSC	11,4	10,4	11,1	11,9	11,5	11,2	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	25,7	29,0	30,5	27,6	26,6	23,7	22,3	22,8	26,0	:
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,1	2,4	2,9	1,7	1,9	1,8	-	-	-	-

Actividade económica da UE

No 4º trimestre, o PIB da União Europeia e da área do euro aumentou, respectivamente, 2,6% e 2,3% em termos homólogos reais (3% e 2,7%, no 3º trimestre). A generalidade das economias para as quais existem dados disponíveis registou uma desaceleração, com destaque para a Espanha (de 3,8% para 3,5%, no 4º trimestre).

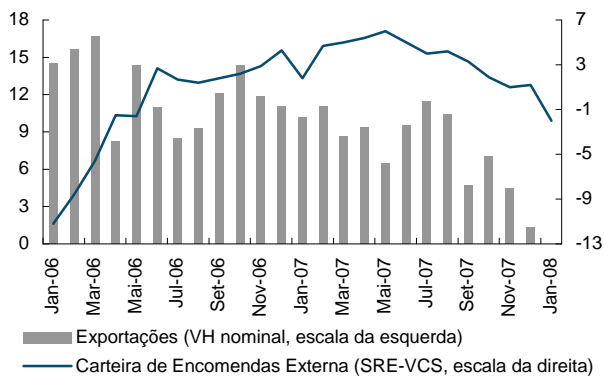


Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro revelam um abrandamento da procura interna e das exportações. De facto, no 4º trimestre e, em termos homólogos:

- as vendas a retalho caíram 0,4% em termos reais (+1,1% no 3º trimestre), evolução condicionada, em parte, pela diminuição de 4,4% na Alemanha;

Figura 1.3. Exportações e Carteira de Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

	Unidade	Fonte	2007	2006	2007					2007			2008
				4T	1T	Out	Nov	Out	Nov	Nov	Dez	Jan	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	2,9	3,5	3,4	2,8	3,0	2,6	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	111,0	111,2	113,6	111,4	107,1	108,8	106,6	105,8	103,2	
Área do Euro (AE-13) – PIB real	VH	Eurostat	2,7	3,2	3,2	2,5	2,7	2,3	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	108,4	109,3	109,4	111,1	108,7	104,3	105,4	104,1	103,4	101,7	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,4	4,2	4,1	2,9	3,9	2,9	4,1	3,1	1,4	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	0,8	2,4	1,7	1,0	1,1	-0,4	0,6	-1,0	-1,5	:	
Taxa de Desemprego	%	"	7,4	7,9	7,6	7,5	7,3	7,2	7,2	7,2	7,2	:	
IHPC	VH	"	2,1	1,8	1,9	1,9	1,9	2,9	2,6	3,1	3,1	3,2*	

* Estimativa Preliminar.

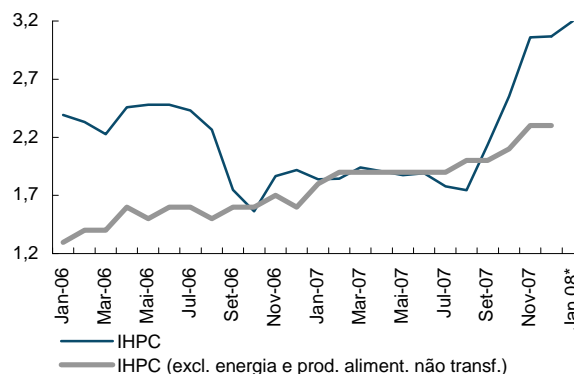
- as exportações cresceram 4,3% em termos nominais (8,9% no 3º trimestre).

A taxa de desemprego na área do euro desceu para 7,2% no 4º trimestre (7,3% no 3º trimestre). No conjunto do ano, aquela taxa situou-se em 7,4%, menos 0,8 p.p. do que em 2006.

O indicador de sentimento económico da UE e da área do euro prosseguiu a sua trajectória descendente, tendo diminuído, em Janeiro, para o nível mais baixo desde o início de 2006. Para esta evolução contribuiu a diminuição de todos os indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores

A taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 3,2% em Janeiro, de acordo com a estimativa preliminar (3,1% em Dezembro de 2007).

Figura 1.4. Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da Área do Euro (VH, em %)



Fonte: Eurostat. * Estimativa preliminar.

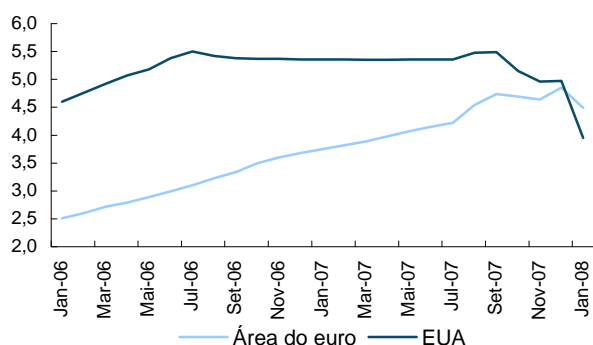
No 4º trimestre de 2007, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 2,9%, para a qual contribuiu, sobretudo, a aceleração dos preços dos produtos alimentares transformados e energéticos. Excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos, os preços aceleraram para 2,2% (2% no 3º trimestre).

Mercados Financeiros e Matérias Primas

Em Janeiro, os índices bolsistas internacionais registaram uma queda significativa, associada, sobretudo à depreciação dos activos bancários resultante da crise do mercado de crédito hipotecário nos EUA.

As taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto nos EUA (4%) como na área do euro. Contudo, o diferencial entre as taxas da área do euro e dos EUA tornou-se positivo, invertendo a tendência dos meses precedentes. Nos EUA, a Reserva Federal baixou a taxa de juro directora para 3% em Janeiro (4,25% no final de 2007).

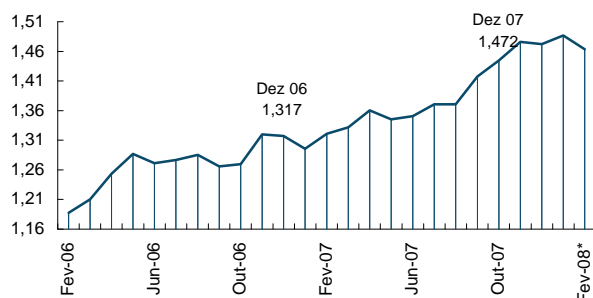
Figura 1.5. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (em %)



Fonte: BCE.

As taxas de juro de longo prazo também registaram uma diminuição, tendo, nos EUA atingido, em Janeiro, o nível mais baixo desde meados de 2003.

Figura 1.6. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. * Para Fevereiro o valor é do dia 18.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

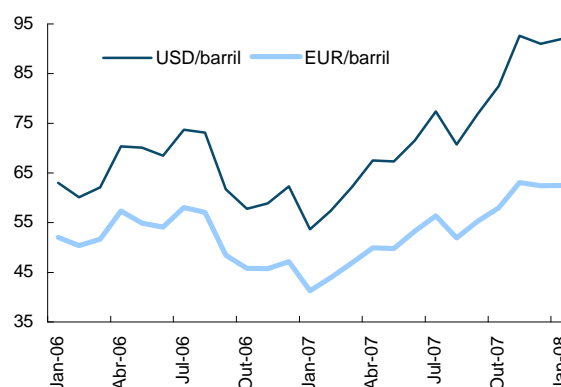
	Unidade	Fonte	2007	2006	2007				2007			2008
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	4,68	3,73	3,92	4,18	4,79	4,68	4,60	4,81	4,68	4,37
Yield OT 10 anos – EUA**	%	BCE	4,63	4,63	4,68	4,85	4,73	4,26	4,52	4,16	4,10	3,74
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,33	3,86	4,08	4,42	4,48	4,34	4,40	4,25	4,38	4,23
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,472	1,317	1,332	1,351	1,418	1,472	1,445	1,476	1,472	1,487
Dow Jones*	VH	Yahoo	6,4	16,3	11,2	20,3	19,0	6,4	15,3	9,4	6,4	0,2
DJ Euro Stoxx50*	VH	"	6,8	15,1	8,5	23,0	12,4	6,8	12,1	10,2	6,8	-9,2
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	72,55	59,67	57,75	68,77	74,97	88,70	82,49	92,61	91,00	91,98
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	11,4	4,9	-6,5	-1,2	7,9	48,6	42,7	57,2	46,0	71,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	1,5	-3,4	-14,2	-8,0	0,0	32,3	26,5	37,9	32,4	51,3
Preço Relativo do Petróleo em USD***	1979=100	GEE	52,6	45,9	44,2	51,4	54,3	54,3	56,2	59,6	63,9	63,6

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal (sempre que não haja deflator, utiliza-se o último deflator conhecido).

Em Janeiro, o euro apreciou-se face às principais divisas, tendo a sua cotação aumentado 1% em relação ao dólar, em final de período. Esta tendência invertiu-se na 1ª metade do mês de Fevereiro, tendo-se assistido a uma depreciação do euro face ao dólar, situando-se no dia 18 em 1,46 (1,49 em 31 de Janeiro).

Em Janeiro, o preço do petróleo Brent registou um forte crescimento, tendo aumentado 71% em termos homólogos (46% em Dezembro), tendência que se manteve até ao dia 18 de Fevereiro (situando-se, em média, em 91,5 USD/bbl).

Figura 1.7. Preço médio Spot do Petróleo Brent



Fontes: DGEG e BP.

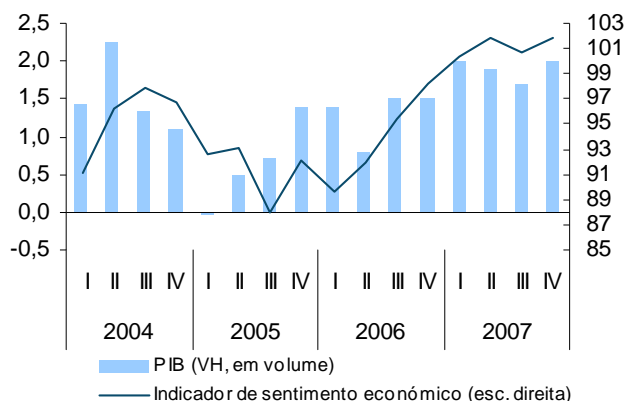
Nesse mês, o preço relativo do petróleo importado diminuiu ligeiramente para 63,6% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.

2. Conjuntura Nacional

Actividade económica e Oferta

No 4º trimestre o PIB cresceu 2%, em termos homólogos reais, de acordo com a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE. Assim, em 2007, o PIB registou um crescimento real de 1,9%, o valor mais alto desde 2001.

Figura 2.1. PIB e Sentimento Económico

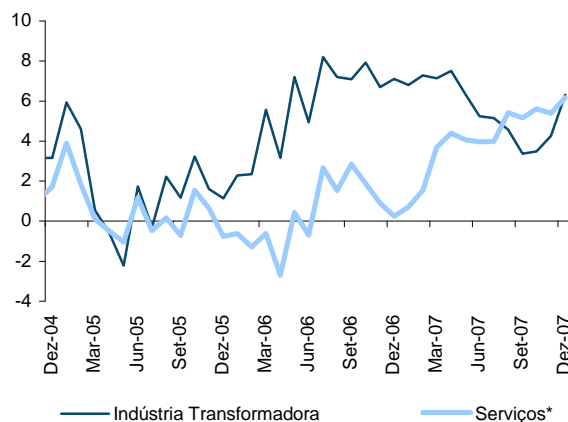


Fontes: INE, Contas Nacionais Trimestrais (3º trimestre de 2007) e CE.

Os indicadores quantitativos registaram, no 4º trimestre, um comportamento mais favorável em todos os sectores. Destaca-se:

- na indústria transformadora, o índice de produção cresceu 3,2% em termos homólogos (2,2% no 3º trimestre);
- na construção e obras públicas, o índice de produção registou um crescimento de 0,3%, em termos homólogos (-2,7% no trimestre precedente);
- nos serviços, o índice de volume de negócios acelerou (6,2%, em termos homólogos, que compara com 5,2% no 3º trimestre).

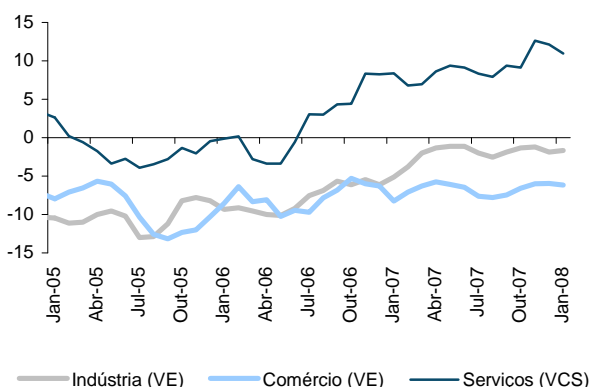
Figura 2.2. Volume de Negócios (VH MM3)



Fonte: INE.
* excepto Comércio a Retalho.

Em Janeiro, os indicadores de confiança dos empresários registaram comportamentos distintos: melhoraram na construção, estabilizaram na indústria e pioraram nos serviços e no comércio.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

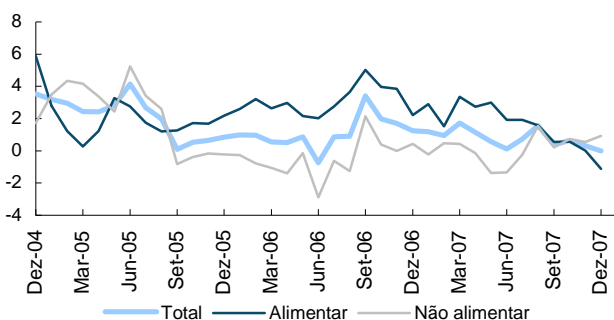
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

	Unidade	Fonte	2007	2006	2007				2007			2008
				4T	1T	2T	Jan	4T	Out	Nov	Dez	Jan
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,9	1,5	2,0	1,9	1,7	2,0	:	:	:	:
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,2	98,3	100,3	101,9	100,7	101,9	99,8	104,7	101,1	101,8
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-2	-6	-2	-1	-2	-2	-3	-1	-2	-2
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-7	-6	-6	-6	-7	-6	-6	-5	-6	-7
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	9	8	7	9	9	12	10	17	10	6
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-41	-49	-44	-41	-39	-43	-41	-45	-43	-40
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,4	2,5	4,7	3,6	2,2	3,2	6,3	0,8	2,4	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	5,5	7,1	7,1	5,2	3,4	6,3	9,2	5,0	4,6	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	4,8	0,2	3,7	4,0	5,2	6,2	7,9	5,5	5,1	:

Consumo Privado

No 4º trimestre de 2007, o índice do volume de negócios no comércio a retalho abrandou face ao trimestre precedente. O segmento dos bens alimentares evoluiu de modo desfavorável, tendo registado uma variação homóloga de -1,1%. Em contrapartida, nos bens não alimentares registou-se um crescimento homólogo de 0,9%, observando-se uma aceleração face ao 3º trimestre (0,2%).

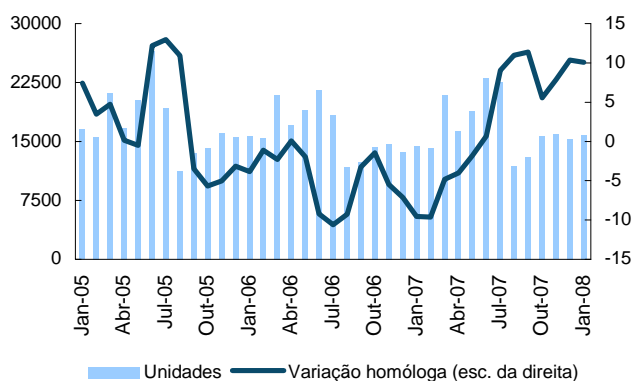
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho*
(MM3, VH)



Fonte: INE. *Índice deflacionado e corrigido de dias úteis.

As vendas de automóveis ligeiros de passageiros cresceram, em Janeiro, 9,4% em termos homólogos, desacelerando ligeiramente face ao 4º trimestre de 2007 (10,3%).

Figura 2.5. Venda de automóveis ligeiros de passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

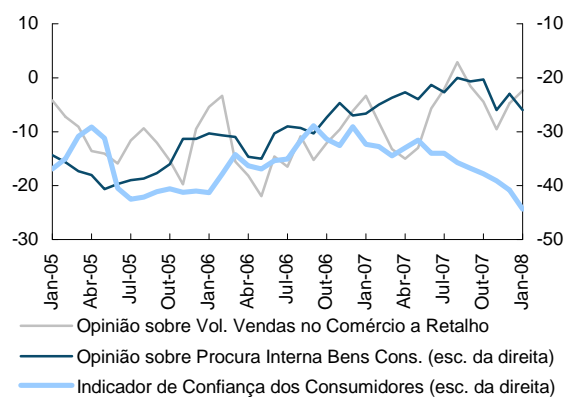
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2006	2007				2007			2008
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
Consumo Privado – CN Trimestrais	VH real	INE	:	1,2	1,2	1,4	1,3	:	-	-	-	-
Indicador Coincidente do Consumo Privado	VH	GPEARI	0,9	1,6	1,2	1,2	0,9	0,4	0,5	0,4	0,2	-0,1
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	INE	-35	-31	-33	-33	-36	-39	-38	-39	-41	-44
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	SRE-VE	"	-6	-6	-13	-6	-2	-5	-3	-11	0	4
Índice de Vol. Negóc, no Comércio a Retalho*	VH	"	0,6	1,2	1,7	0,1	0,4	0,0	1,4	0,5	-1,9	:
Bens alimentares	VH	"	1,2	2,2	3,3	1,9	0,6	-1,1	1,6	-1,4	-3,5	:
Bens não alimentares	VH	"	0,1	0,4	0,4	-1,3	0,2	0,9	1,2	2,2	-0,5	:
Vendas de Automóv. Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	3,7	-7,1	-4,8	0,7	11,4	10,3	10,1	8,2	12,8	9,4

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg.

Em Janeiro, as opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura interna por bens de consumo evoluíram de forma desfavorável. Por outro lado, registou-se uma melhoria nas opiniões dos empresários do comércio a retalho sobre a actividade do sector.

No mesmo mês, o indicador de confiança dos consumidores deteriorou-se de forma significativa, caindo para o valor mais baixo desde Abril de 2003.

Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



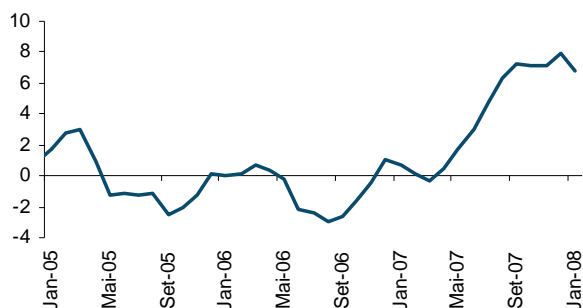
Fonte: INE.

A evolução desfavorável da confiança dos consumidores e das opiniões sobre a procura interna por bens de consumo influenciaram significativamente o indicador coincidente do consumo privado, que prolongou a sua tendência de descida, apresentando um valor negativo em Janeiro.

Investimento

Em Janeiro, o indicador coincidente da FBCF registou uma forte desaceleração, invertendo uma tendência de melhoria que se vinha verificando neste indicador desde o 1º trimestre de 2007.

Figura 2.7. Indicador Coincidente da FBCF
(VH MM3, normalizada e calibrada)

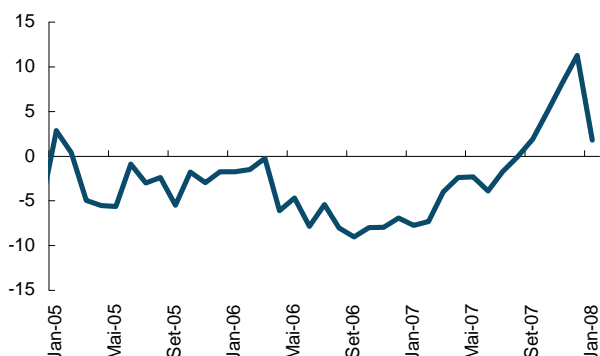


Fonte: GPEARI.

Os dados disponíveis para o primeiro mês do ano apresentaram na generalidade uma evolução desfavorável:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra homóloga de 10,6%;

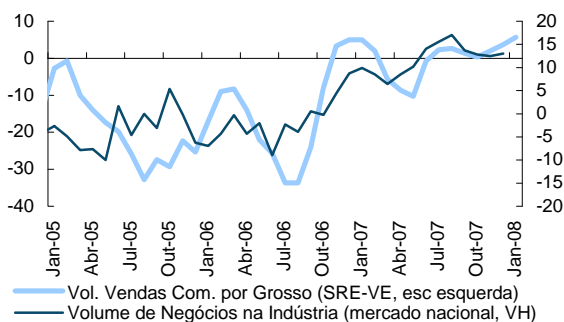
Figura 2.8. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso foram menos favoráveis;
- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma quebra homóloga mais acentuada (-20,1%).

Figura 2.9. Bens de Investimento
(MM3)



Fontes: INE.

No 4º trimestre, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 13%, em termos médios homólogos (13,7% no 3º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

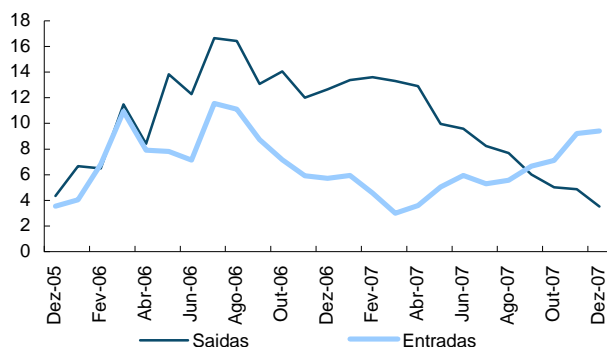
	Unidade	Fonte	2007	2006	2007				2007			2008
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
FBCF - CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-2,5	-0,9	-0,4	5,0	:	:	:	:	
Indicador Coincidente da FBCF*	VHT	GPEARI	4,4	0,8	-0,3	3,0	7,0	7,9	6,7	7,8	9,2	3,4
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	1,0	-6,9	-4,0	-3,9	1,9	11,3	15,3	8,8	9,3	-10,6
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	6,2	3,4	1,3	47,7	-17,9	-8,1	-12,8	-8,7	-3,8	-20,1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	6,4	-33,3	2,7	81,8	-19,6	92,9	139,0	109,7	44,9	22,1
Volume Vendas Bens de Investimento**	SRE-VE	INE	0	5	-6	-1	1	4	-2	7	6	4
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-7,9	-5,7	-2,7	-15,8	-4,2	-8,5	-16,7	3,9	-12,5	:
Importações de Bens de Capital***	VH	INE	:	11,6	13,1	14,3	20,0	:	20,3	13,7	:	:

* normalizado e calibrado; ** no Comércio por Grosso; *** excepto Material de Transporte

Contas Externas

Em Dezembro, de acordo com informação preliminar enviada pelo INE no âmbito do SDDS, as saídas de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa, em resultado de uma diminuição das expedições para os países da União Europeia e uma desaceleração das exportações extracomunitárias. As entradas de mercadorias evidenciaram uma desaceleração, quer dos os países da União Europeia, quer dos os restantes países.

Figura 2.10. Fluxos de Mercadorias
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No 4º trimestre de 2007 as exportações evidenciaram um crescimento bastante inferior ao verificado pelas importações (3,5% e 9,4%, respectivamente), enquanto que no 3º trimestre o crescimento foi bastante semelhante nos dois fluxos (6% e 6,7%, respectivamente).

As opiniões dos industriais quanto à evolução da procura externa sugerem a manutenção do abrandamento das exportações, dado que em Janeiro voltaram a deteriorar-se.

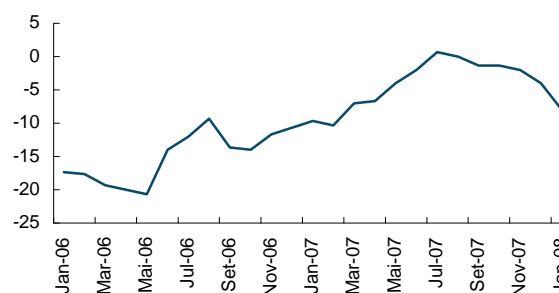
Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

	Unidade	Fonte	2006	2006		2007			2007			
				3T	4T	1T	2T	3T	Set	Out	Nov	Dez
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,9	9,2	10,0	9,3	7,4	5,2	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4,3	5,5	4,3	2,8	4,0	4,5	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-7,8	-7,8	-6,3	-6,3	-6,0	-7,5	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,8	-8,8	-7,6	-7,2	-7,2	-9,5	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH	"	12,4	13,1	12,7	13,2	9,5	5,7	3,4	8,3	3,0	-1,4*
Entradas de mercadorias	VH	"	8,1	8,7	5,7	2,9	5,7	6,5	4,8	9,3	13,5	5,2*

	Unidade	Fonte	2006	2006		2007	
				Nov	Jan-Nov	Nov	Jan-Nov
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-13 339	-1 119	-12 295	-1 786	-11 767
Saldo Balança de Bens	"	"	-16 629	-1 226	-15 216	-1 649	-15 425
Saldo Balança de Serviços	"	"	4 893	322	4 505	411	5 775
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-5 366	-468	-4 806	-693	-6 214
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 503	168	2 124	120	2 486

* valores preliminares enviados pelo INE no âmbito do SDDS.

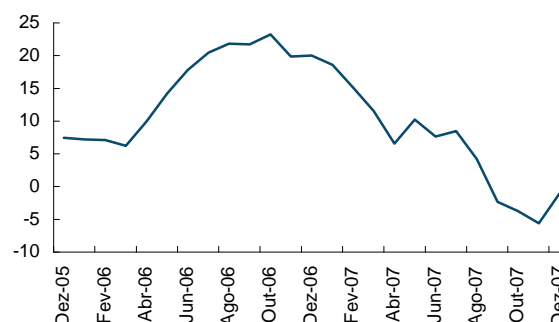
Figura 2.11. Opiniões sobre procura externa - IT
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

No mesmo sentido parece apontar a evolução do índice de novas encomendas na indústria do mercado externo, pois embora tenham registado uma melhoria no 4º trimestre, a variação homóloga de Dezembro foi bastante negativa (-6,9%).

Figura 2.12. Índice de Novas encomendas na Indústria - mercado externo
(MM3, VH, %)

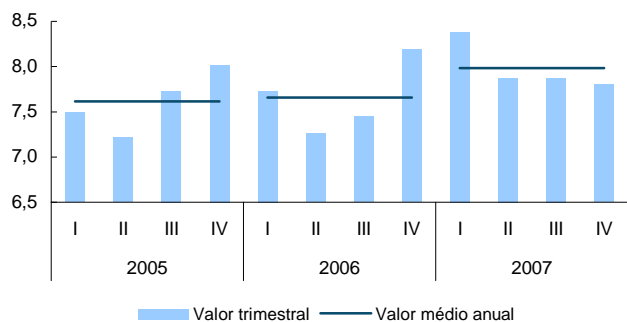


Fonte: INE.

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do INE, no 4º trimestre de 2007 a taxa de desemprego diminuiu para 7,8% (7,9% no 3º trimestre). Em termos médios anuais, em 2007 a taxa de desemprego foi de 8%, valor superior ao que se registou no ano anterior (7,7%).

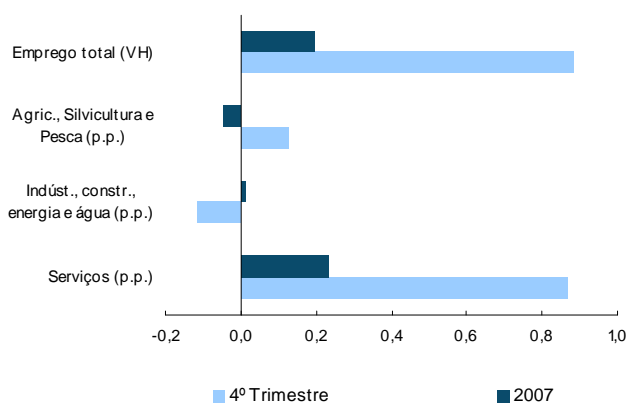
Figura 2.13. Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE.

No 4º trimestre, o crescimento homólogo do emprego total acelerou para 0,9% (0,3% no 3º trimestre), resultado que se deveu, sobretudo, à dinâmica favorável do sector dos serviços. No conjunto de 2007 a evolução deste sector foi também determinante para o crescimento do emprego total, que apresentou uma variação homóloga de 0,2%.

Figura 2.14. Contributos para o crescimento do emprego



Fonte: INE.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

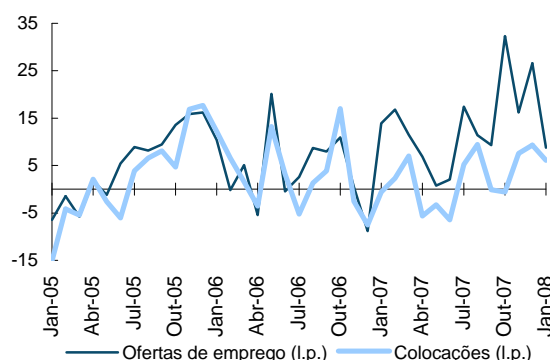
	Unidade	Fonte	2007	2006	2007					2007			2008
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan	
Taxa de Desemprego	%	INE	8,0	8,2	8,4	7,9	7,9	7,8	-	-	-	-	
Emprego Total	VH	"	0,2	0,2	0,2	-0,5	0,3	0,9	-	-	-	-	
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,8	-5,6	-8,1	-12,2	-11,3	-13,8	-12,0	-13,2	-13,8	-12,7	
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,8	3,8	-6,2	-3,9	-6,6	-9,9	-3,4	-12,7	-15,1	-3,4	
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-12,7	1,8	13,9	2,9	12,5	25,1	32,3	16,2	26,6	8,8	
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,9	2,7	2,7	2,9	2,9	2,9	2,8	2,8	2,9	1,2	
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,0	3,1	3,4	3,7	3,6	5,0	-	-	-	-	
Índice do Custo do Trabalho* – AE13	VH	Eurostat	:	2,3	2,3	2,4	2,5	:	-	-	-	-	

*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. – no fim do período; l.p. – ao longo do período.

No 4º Trimestre de 2007, o índice de custo do trabalho, que mede o custo médio por hora trabalhada, cresceu 5% em termos homólogos (3,6% no trimestre anterior), evolução que reflecte, em grande parte, uma diminuição das horas trabalhadas. No conjunto do ano verificou-se também uma aceleração, tendo sido registada uma variação homóloga de 4% (1,7% em 2006).

De acordo com os dados do IEFP, no mês de Janeiro o número de novos desempregados inscritos registou uma variação homóloga de -3,4% (-15,1% no mês anterior). No final do período o número de desempregados inscritos ascendia a cerca de 400 mil, mais 10 mil que no mês anterior, mas menos 57 mil que em Janeiro de 2007.

Figura 2.15. Ofertas e Colocações (VH)



Fonte: IEFP.

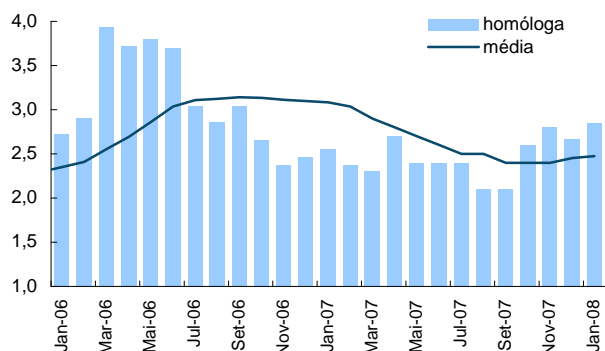
O crescimento das ofertas de emprego ao longo do período abrandou, em Janeiro, 8,8%, tendo sucedido o mesmo com as colocações (variação homóloga de 6,1%).

Também em Janeiro, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho cresceram 1,2% em termos homólogos, tendo sido abrangidos cerca de 13 mil trabalhadores (decréscimo de 6 mil trabalhadores face a igual período de 2007).

Preços

Em Janeiro, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação homóloga de 2,9%, superior em 0,2 p.p. à verificada no mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses manteve-se em 2,5%.

Figura 2.16. Índice de Preços no Consumidor
(Taxa de variação, em %)

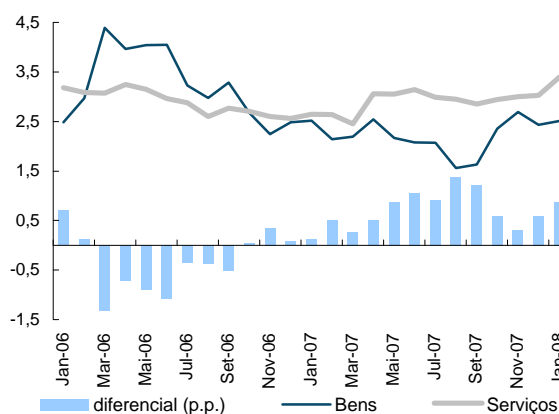


Fonte: INE.

A variação mensal dos preços foi -0,1% (-0,3% em Janeiro do ano anterior). Para a diminuição da inflação mensal contribuíram essencialmente os preços dos artigos de vestuário e calçado (que, reflectindo o efeito sazonal dos saldos, diminuíram -14,4%). Em sentido contrário destacam-se os aumentos das rubricas “peixe” (cujos preços aumentaram 4,7%) e “electricidade” (que registou um aumento de preço de 5,2%).

A aceleração da variação homóloga do IPC foi mais acentuada nos preços dos serviços, do que nos preços dos bens (0,4 p.p. vs 0,1 p.p., respectivamente), conforme evidenciado no gráfico seguinte. Esta evolução dos preços dos serviços reflecte, em parte, actualizações de tarifas de alguns serviços como transportes, gás, serviços domésticos e saúde, superiores às verificadas em Janeiro de 2007.

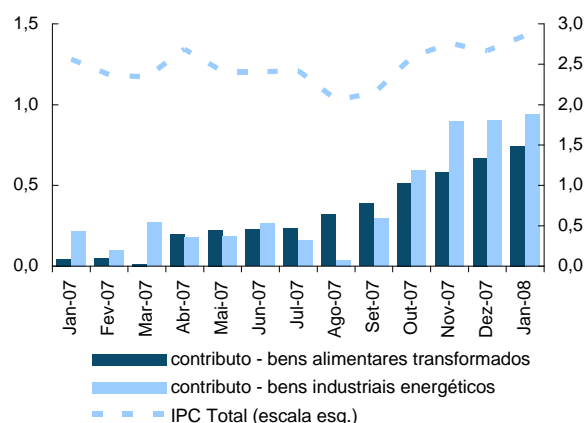
Figura 2.17. IPC: Bens e Serviços
(VH, em %)



Fonte: INE.

O índice de preços que exclui produtos alimentares não transformados e energéticos (inflação subjacente) continua a apresentar um crescimento homólogo abaixo do total (2,5%).

Figura 2.18. IPC e alguns contributos
(VH, em %)



Fontes: INE e GEARI.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

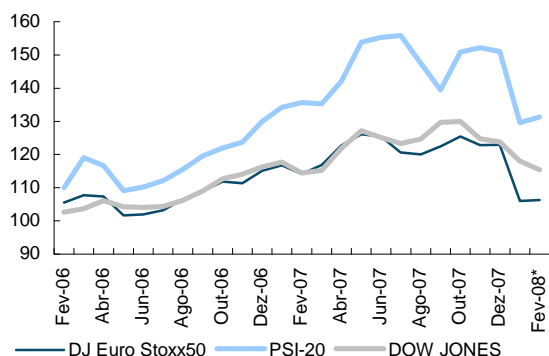
	Unidade	Fonte	2007	2007												2008
				Jan	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan				
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,3	-0,1	-0,3	-0,4	0,4	0,5	0,3	0,1	-0,1				
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	2,6	2,4	2,4	2,1	2,1	2,6	2,8	2,7	2,9				
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	2,5	3,1	2,6	2,5	2,5	2,4	2,4	2,4	2,5	2,5				
IPC – Bens	VH	"	2,2	2,5	2,1	2,1	1,6	1,6	2,4	2,7	2,4	2,5				
IPC – Serviços	"	"	2,9	2,6	3,1	3,0	3,0	2,9	2,9	3,0	3,0	3,4				
IPC excluindo alimentares e energéticos	"	"	2,2	2,0	2,4	2,4	2,3	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5				
IHPC	"	"	2,4	2,6	2,4	2,3	1,9	2,0	2,5	2,8	3,1	2,9				
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,7	0,5	0,5	0,2	-0,1	-0,1	-0,3	-0,4	-0,3*				

* Estimativa Preliminar.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em Janeiro, o índice PSI-20 diminuiu 14,3% em relação ao mês anterior, acompanhando a evolução negativa registada nas bolsas internacionais, tendo o índice *DJ Euro Stoxx50* diminuído 13,8%. Entre os factores que mais têm contribuído para esta evolução, destacam-se as incertezas quanto ao impacto da crise financeira internacional nas economias. Até ao dia 18 de Fevereiro, o índice PSI 20 apresentou uma ligeira recuperação, tendo valorizado quase 1,3% face ao final de Janeiro.

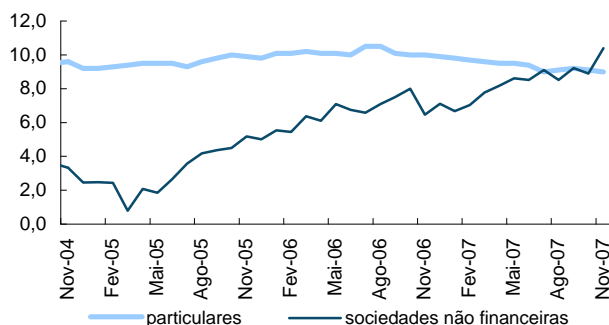
Figura 2.19. Índices Bolsistas
(Dezembro 2005=100)



Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para Fevereiro, o valor é do dia 18.

Em Janeiro, a capitalização bolsista total diminuiu 13,1% em relação ao mês precedente (-0,4% em Dezembro de 2007) devido, principalmente, à quebra do segmento accionista.

Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

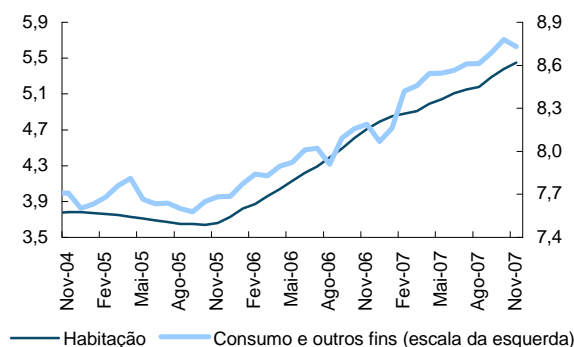
	Unidade	Fonte	2007	2007								2008
				Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,54	4,59	4,72	4,60	4,54	4,55	4,47	4,36	4,54	4,21
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	20	16	18	26	25	23	29	25	20	28
PSI 20*	VH	CMVM	16,3	41,0	40,8	39,0	27,7	16,7	23,7	23,1	16,3	-3,5
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	:	9,2	9,0	8,9	8,9	8,8	8,8	8,6	:	:
- para consumo	va**	"	:	11,1	12,4	12,1	12,6	12,3	13,3	14,1	:	:
Empréstimos a empresas	va**	"	:	8,6	8,5	9,1	8,5	9,2	8,9	10,4	:	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	:	5,04	5,11	5,15	5,18	5,29	5,38	5,45	:	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	:	5,67	5,71	5,78	5,81	5,92	6,08	6,10	:	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: as taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço

Em Novembro, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro aumentou, reflectindo a aceleração do crédito destinado a empresas.

O crédito destinado a particulares manteve o perfil descendente, associado ao abrandamento do crédito destinado à habitação.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares (em %)



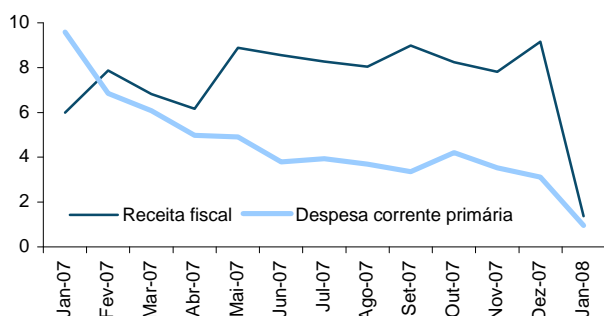
Fonte: Banco de Portugal.

A generalidade das taxas de juro do crédito continuaram a subir em Novembro, sendo o aumento mais significativo nos empréstimos destinados à habitação. De facto, a taxa de juro do crédito à habitação subiu para 5,5% em Novembro, representando um aumento de 66 p.b. face a Dezembro de 2006.

Finanças Públicas – Estado

Em Janeiro, e na óptica da contabilidade pública, o défice global provisório do Estado foi de 382 milhões de euros, traduzindo-se numa melhoria de 143 milhões de euros comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. O défice primário foi de 148 milhões de euros, registando uma melhoria, face ao mesmo período de 2007, de 215 milhões de euros.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)

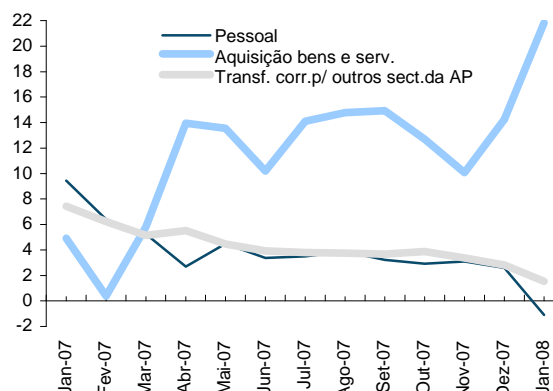


Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 1,4%, quando comparada com Janeiro de 2007. Os impostos directos registaram um aumento de 7,5% e os indirectos uma diminuição de 2,2%. A evolução dos impostos indirectos reflectiu, em particular, a menor receita de imposto sobre o tabaco (redução de 109 milhões de euros, face ao valor atípico de Janeiro de 2007);
- um decréscimo da despesa primária de 2,6% face ao mesmo mês do ano anterior, reflectindo a diminuição das despesas com o pessoal e das despesas de capital, apenas parcialmente compensada pelo acréscimo na aquisição de bens e serviços;
- um crescimento de 44% na despesa com juros e outros encargos correntes da dívida, dado o diferente padrão intra-anual de pagamento de juros.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Em 31 de Janeiro de 2008, a dívida directa do Estado cifrou-se em 112 mil milhões de euros, diminuindo 0,7% face ao final do mês anterior. A variação da dívida em Janeiro traduz, fundamentalmente, a emissão líquida negativa de bilhetes do Tesouro de 1395 milhões de euros. O stock de certificados de aforro aumentou 136 milhões de euros relativamente ao final de Dezembro e o de CEDIC 423 milhões de euros. Os outros instrumentos denominados em euros contribuíram para uma redução da dívida no valor de 9 milhões de euros e a dívida em moedas não euro continua a apresentar uma diminuição ligeira do stock em 1 milhão de euros.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	Dez-07	Jan-08			31-Jan-08
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	88 158	854	2 249	- 1	86 762
Bilhetes do Tesouro	9 044	854	2 249	-	7 649
Obrigações do Tesouro	77 661	-	-	-	77 661
Não Transaccionável	24 646	8 024	7 473	0	25 197
Certificados de Aforro	18 050	270	134	-	18 186
CEDIC	4 172	2 275	1 852	-	4 595
Total	112 804	8 878	9 722	- 1	111 959

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2007	2008	2007	2008	2007			2008
	Jan		Jan		Out	Nov	Dez	Jan
	10 ⁶ euros		Execução face ao OE corrigido* (%)		VHA (%)			
Receita Total	3092	3217	8,2	8,1	8,2	8,8	9,2	4,0
Receita Corrente	3030	3123	8,4	9,4	8,2	8,8	9,1	3,1
Impostos Directos	982	1055	7,3	7,1	14,3	13,5	17,2	7,5
Impostos Indirectos	1685	1648	8,0	7,6	4,5	4,5	4,1	-2,2
Despesa Total	3617	3599	8,0	7,9	4,1	3,4	3,2	-0,5
Despesa Corrente	3256	3358	7,8	7,9	4,5	4,0	3,6	3,1
Despesa com Pessoal	1047	1035	7,6	7,9	2,9	3,1	2,6	-1,1
Aquisição Bens e Serviços	30	36	2,0	2,8	12,7	10,1	14,2	21,6
Subsídios	1	1	0,2	0,1	73,0	7,5	-1,3	-46,9
Juros	163	234	3,4	4,6	6,5	7,6	7,3	44,0
Transferências	1992	2026	9,6	9,5	3,5	3,4	3,0	1,7
Saldo Global	-525	-382	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-362	-148	-	-	-	-	-	-

* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

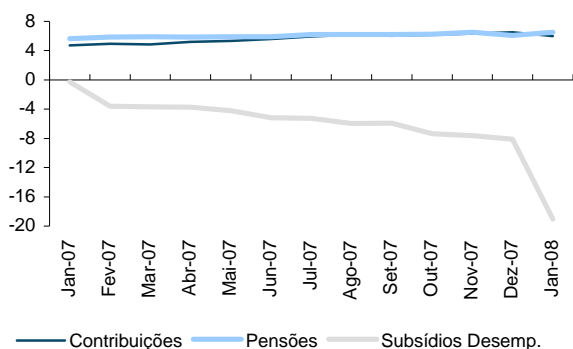
Segurança Social

Em Janeiro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da execução orçamental da Segurança Social foi de 591 milhões de euros, apresentando uma subida de 299 milhões de euros face ao mesmo mês de 2007.

A execução orçamental da Segurança Social caracterizou-se por:

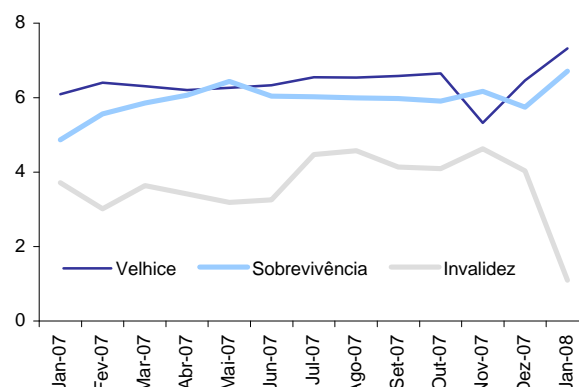
- um aumento da receita corrente em 12,9%, influenciada pelas evoluções positivas das contribuições e das transferências correntes da Administração Central e do Fundo Social Europeu;
- e, um decréscimo da despesa corrente em 5%, traduzindo essencialmente o comportamento da despesa em pensões (6,5%) e os decréscimos nos subsídios de desemprego e nas acções de formação profissional. A despesa com subsídios de desemprego evoluiu em linha com a diminuição do número de beneficiários deste tipo de subsídio. O decréscimo da despesa em acções de formação profissional foi particularmente notório na componente co-financiada pelo Fundo Social Europeu.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



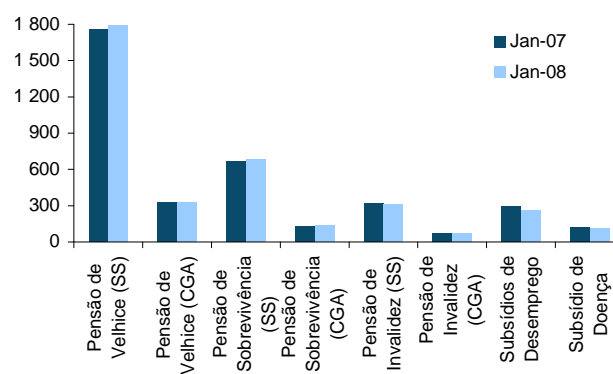
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares)



Fonte: MTSS.

Em Janeiro, e na óptica da contabilidade pública, o saldo da execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 0,6 milhões de euros, o qual compara com 45,4 milhões de euros no mesmo mês do ano anterior. A receita corrente apresentou um decréscimo de 3,3% em termos homólogos, devido essencialmente devido à diminuição na comparticipação recebida do OE. A despesa corrente aumentou 5,2%, reflectindo a evolução das despesas em pensões.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2007		2008		2007		2008			
	Jan		Jan		Jan		Jan			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	1 766	1 991	12,8	8,7	9,0	560	541	-3,3	7,7	7,3
Contribuições e quotizações	1 174	1 245	6,0	9,5	9,6	177	187	5,4	6,2	6,3
Transferências correntes da Adm. Central	461	498	7,9	7,7	7,8	367	337	-8,2	10,2	9,1
Despesa Total	1 474	1 401	-5,0	7,4	6,5	514	541	5,2	7,0	7,2
Pensões	844	899	6,5	6,8	6,9	442	473	6,9	6,9	7,3
Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego	154	125	-19,1	7,8	7,0	-	-	-	-	-
Prestações e Acção Social	282	261	-7,5	7,7	6,5	-	-	-	-	-
Saldo Global	292	591	-	-	-	45,4	0,6	-	-	-

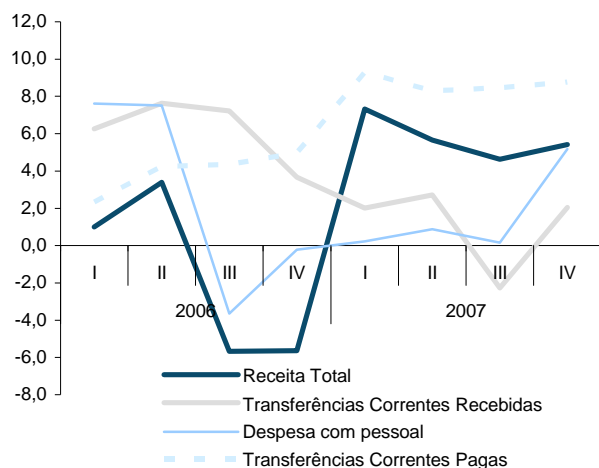
Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo SNS e FRDP

Em 2007, na óptica da contabilidade pública, o saldo global do subsector Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o SNS e o FRDP) foi de 270,2 milhões de euros, tendo-se observado uma diminuição de 221,4 milhões de euros face ao ano anterior.

Figura 2.27. Serviços e Fundos Autónomos
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental dos Serviços e Fundo Autónomos caracterizou-se por:

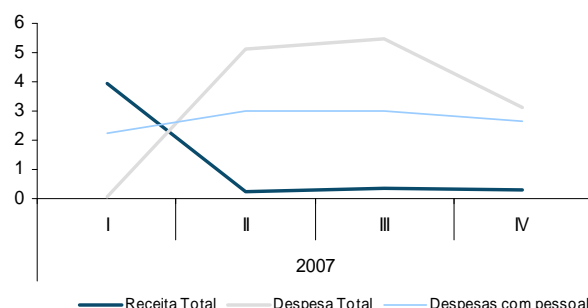
- um crescimento de 5,4% na receita. Este crescimento deveu-se sobretudo ao aumento das receitas correntes, beneficiadas pelo aumento das contribuições para a CGA, em 8,7%, enquanto que a receita de capital sofreu um decréscimo de 10,9%;
- um aumento da despesa em 7,2% comparativamente com o período homólogo. Este comportamento é justificado pela evolução dos encargos para a Segurança Social, pela aquisição de bens e serviços e

pelas transferências correntes. Estas componentes, principalmente as duas últimas, estão ainda influenciadas pelo processo de centralização que implicou transferências do IGFIJ para o Instituto dos Registos e do Notariado em 2007.

Serviço Nacional de Saúde

Em 2007, considerando a óptica da contabilidade pública e o universo comparável, o saldo global do Serviço Nacional de Saúde foi de 109,5 milhões de euros, traduzindo-se numa redução de 219,9 milhões de euros, face ao conjunto do ano de 2006.

Figura 2.28. Serviço Nacional de Saúde
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Serviço Nacional de Saúde caracterizou-se por:

- um crescimento de 0,3% na receita cobrada, devido aos aumentos verificados nas transferências correntes do Orçamento de Estado (0,5%), na cobrança de prestações de serviços (4,7%) e no subsídio ao investimento (23,3%);
- um crescimento da despesa em 3,1%, reflectindo o acréscimo de 3,9% nos subcontratos e de 2,6% nas despesas com pessoal.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Fundos e Serviços Autónomos ¹				Serviço Nacional de Saúde ²			
	2006	2007	2007		2006	2007	2007	
	Jan a Dez		Set	Dez	Jan a Dez		Set	Dez
	10 ⁶ euros		VHA		10 ⁶ euros		VHA	
Receita Total	14 356	15 134	4,6	5,4	8 217	8 241	0,4	0,3
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	5 624	6 116	7,6	8,8	:	:	:	:
Transferências correntes da Adm. Central	4 796	4 894	-2,3	2,0	7 632	7 673	0,5	0,5
Despesa Total	13 864	14 864	6,1	7,2	7 888	8 132	5,5	3,1
Despesa com pessoal	1 988	2 091	0,2	5,2	1 648	1 691	3,0	2,6
Aquisição de bens e serviços	1 056	1 133	3,7	7,3	736	735	3,3	-0,2
Subcontratos	:	:	:	:	5 200	5 403	6,2	3,9
Transferências correntes	8 015	8 719	8,5	8,8	:	:	:	:
Saldo Global	492	270	:	:	329	110	:	:

Notas: ¹ Exclui o Fundo de Regularização da Dívida Pública e o Serviço Nacional de Saúde; ² Universo comparável.

Fonte: DGO.

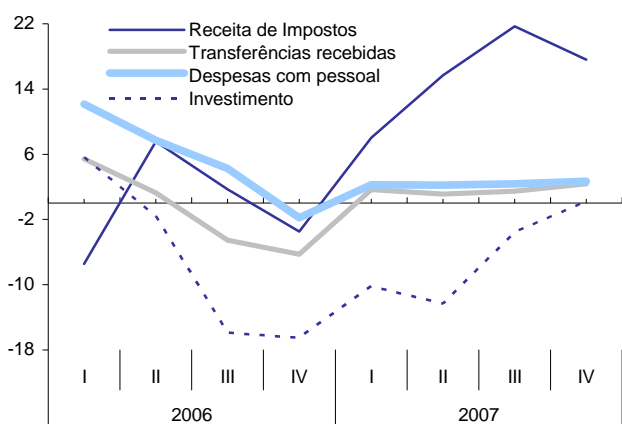
Administrações Local e Regional

Em 2007, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da execução orçamental da Administração Local foi de 127,8 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 50,7 milhões de euros face ao ano anterior (considerando o universo comparável).

A execução orçamental da Administração Local caracterizou-se por:

- um aumento da receita corrente em 15%, influenciada, essencialmente, pela evolução positiva da receita de impostos e das transferências correntes, enquanto que a receita de capital registou uma diminuição;
- e, um aumento da despesa corrente em 9,8%, traduzindo, fundamentalmente, um aumento na aquisição de bens e serviços, despesa com pessoal e nas transferências correntes.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes
(VHA, em %)



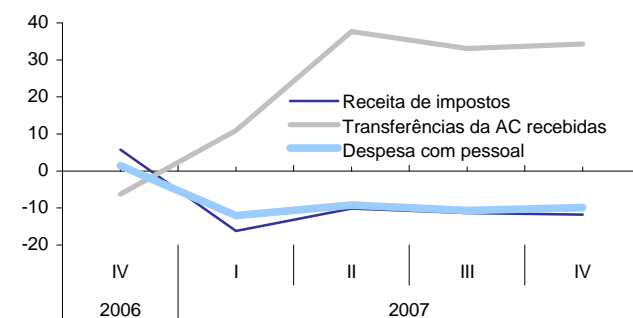
Fonte: DGO.

Em 2007, e na óptica da contabilidade pública, o défice da execução orçamental da Administração Regional foi de 4,4 milhões de euros, o que compara com um excedente de 41,2 milhões de euros no ano anterior.

A execução orçamental da Administração Regional caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita corrente em 8,9%, influenciada pelo decréscimo dos impostos, nomeadamente o IVA, enquanto que a receita de capital aumentou 51,3% devido, fundamentalmente, ao acréscimo das transferências de capital da Administração Central. Esta recomposição da receita decorre da aplicação da Lei das Finanças Regionais que entrou em vigor em 2007;
- e, um aumento da despesa corrente em 3,8%, traduzindo, essencialmente, por um lado, um aumento das transferências correntes e, por outro lado, uma diminuição das despesas com o pessoal e, em menor escala, um decréscimo da aquisição de bens e serviços e dos subsídios.

Figura 2.30. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*				Administração Regional			
	2006	2007	2007		2006	2007	2007	
	Jan a Dez		Set	Dez	Jan a Dez		Set	Dez
	10 ⁶ euros		VHA		10 ⁶ euros		VHA	
Receita Total	6 126	6 572	8,2	7,3	2 114	2 163	-5,0	2,3
Impostos	2 036	2 394	21,7	17,6	1 347	1 189	-11,4	-11,8
Transferências da Adm. Central	2 124	2 041	-6,0	-3,9	410	551	33,1	34,3
Despesa Total	6 049	6 445	5,0	6,5	2 072	2 167	-5,4	4,6
Pessoal	1 869	1 919	2,4	2,7	783	705	-10,7	-9,9
Aquisição de bens e serviços	1 276	1 497	15,0	17,4	366	354	-21,6	-3,3
Transferências correntes	379	430	15,9	13,7	325	463	6,2	42,3
Saldo Global	77	128	-	-	41	-4	-	-

* Universo comparável.

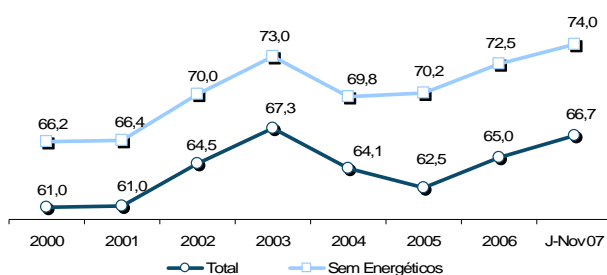
Fonte: DGO.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no período de Janeiro a Novembro de 2007 as saídas ^[3] de mercadorias (comércio Intra+ExtraUE) continuaram a crescer, em termos homólogos, a um ritmo superior ao das entradas (+8,8% contra +6,4%) (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



O grau de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias subiu 1,5 pontos percentuais, ao situar-se em 66,7% (Figura 3.1).

Se considerarmos o comportamento nos últimos 12 meses a terminar em Novembro, face ao período homólogo do ano anterior, verifica-se que as saídas cresceram 8,8%, que compara com os 6,2% das entradas. O grau de cobertura (Fob/Cif) aumentou 1,6 pontos percentuais (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, constata-se que nos últimos 12 meses as saídas cresceram 9,9%, tendo as entradas aumentado 8,3%. A correspondente taxa de cobertura (Fob/Cif) atingiu os 73,5%, superior em 1,1 p.p. à registada no período homólogo anterior.

Segundo dados já disponíveis para o período de Janeiro a Dezembro de 2007, as exportações para os países terceiros terão aumentado 12,0%, e as importações 7,8%:

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Novembro			Últimos 12 meses		
	2006	2007	VH	Dez 05- Nov 06	Dez 06- Nov 07	VH
Saídas (fob)	31 877	34 687	8,8	34 295	37 321	8,8
Entradas (cif)	48 902	52 022	6,4	52 957	56 220	6,2
Saldo (fob-cif)	- 17 025	- 17 335	1,8	- 18 661	- 18 899	1,3
Cobertura (fob/cif)	65,2	66,7	-	64,8	66,4	-
(fob/fob)	68,4	69,9	-	67,9	69,6	-
Sem energéticos:						
Saídas (fob)	30 133	33 183	10,1	32 456	35 673	9,9
Entradas (cif)	41 310	44 852	8,6	44 822	48 540	8,3
Saldo (fob-cif)	-11 176	-11 669	4,4	-12 366	-12 867	4,0
Cobertura (fob/cif)	72,9	74,0	-	72,4	73,5	-
(fob/fob)	76,5	77,6	-	76,0	77,1	-
Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Dezembro					
	2006	2007	VH			
Exportações (fob)	7 789	8 725	12,0			
Importações (cif)	12 945	13 949	7,8			
Saldo (fob-cif)	- 5 156	- 5 224	1,3			
Cobertura (fob/cif)	60,2	62,5	-			
(fob/fob)	63,1	65,6	-			

Nota: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Dezembro, são distintos dos implícitos na parte superior do quadro, que correspondem à versão preliminar do período de Janeiro a Novembro.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 - 2ª versão do ano; 2007 - versão preliminar.

Quadro 3.2. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SÁIDA (Fob)		
	2006	2007	Tx Var	2006	2007	Tx Var
Janeiro	4 042	4 393	8,7	2 630	3 087	17,4
Fevereiro	4 134	4 200	1,6	2 586	2 953	14,2
Março	4 901	4 877	-0,5	3 151	3 441	9,2
Abril	4 101	4 530	10,5	2 531	2 941	16,2
Mai	4 698	4 984	6,1	3 108	3 284	5,6
Junho	4 692	4 778	1,8	3 094	3 345	8,1
Julho	4 468	4 829	8,1	3 073	3 412	11,0
Agosto	3 913	4 195	7,2	2 370	2 436	2,8
Setembro	4 531	4 750	4,8	3 010	3 113	3,4
Outubro	4 816	5 259	9,2	3 111	3 368	8,3
Novembro	4 606	5 229	13,5	3 213	3 308	3,0
Dezembro	4 198			2 634		
1º Trimestre	13 077	13 470	3,0	8 367	9 481	13,3
2º Trimestre	13 491	14 292	5,9	8 733	9 569	9,6
3º Trimestre	12 912	13 773	6,7	8 453	8 961	6,0
4º Trimestre	13 621			8 958		

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 - 2ª versão do ano; 2007 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE em "Síntese Estatística do Comércio Internacional": www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Novembro de 2007 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Dezembro de 2007, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2006, são os implícitos numa segunda versão preliminar do ano. No que reporta ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 70 mil euros para as chegadas e 110 mil para as expedições, em 2007), bem como estimativas das não-respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" de países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2007, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento em valor de 8,8%. Esta taxa é consideravelmente superior à taxa média de crescimento anual dos últimos cinco anos (+4,6%) (Quadro 3.3).

No mesmo período, assinalam-se crescimentos a dois dígitos nas saídas dos grupos de produtos "Agro-alimentares" (+16,5%), "Minérios e Metais" (+15,6%), "Produtos Acabados Diversos" (+14,0%), "Químicos" e "Máquinas" (+11,0% cada).

Seguiram-se os grupos da "Madeira, Cortiça e Papel" (+8,5%), "Material de Transporte" (+6,1%), "Peles, Couros e Têxteis" (+3,4%), e "Vestuário e Calçado" (+2,5%).

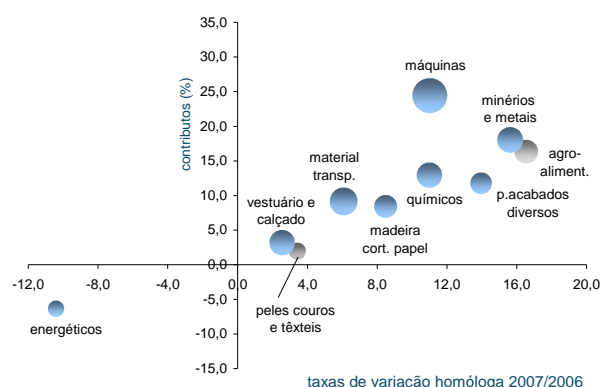
O único grupo de produtos em que se verificou uma variação negativa foi o dos "Energéticos" (-10,4%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram aumentos no "vestuário de malha" (+3,1%), no "calçado" (+2,6%) e no "vestuário excepto de malha" (+1,2%). No período de Janeiro a Novembro de 2007, este grupo de produtos registou um crescimento de 3,7% face a igual período do ano anterior.

Ponderando os pesos no total das saídas, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses couberam aos grupos "Máquinas" (24,5%), "Minérios e Metais" (18,0%), "Agro-alimentares" (16,3%), "Químicos" (13,0%), "Produtos Acabados Diversos" (11,8%), "Material de Transporte" (9,1%), e "Madeira, Cortiça e Papel" (8,4%) (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (%)

Últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2007



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 - 2ª versão do ano; 2007 - versão preliminar.

Quadro 3.3. Saídas* de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos							
			Jan-Nov		Anual		Jan-Nov		média anual 01-06**	últimos 12 meses			Jan-Nov	
	2006	2007	2001	2006**	2006	2007	VH	contributos [1]		VH	contributos [1]			
								p.p.	%		p.p.	%		
TOTAL DAS SAÍDAS	31 877	34 687	100.0	100.0	100.0	100.0	4.6	8.8	8.8	100.0	8.8	8.8	100.0	
000 Agro-Alimentares	2 763	3 241	7.3	8.6	8.7	9.3	8.2	16.5	1.4	16.3	17.3	1.5	17.0	
100 Energéticos	1 744	1 504	1.9	5.6	5.5	4.3	30.1	-10.4	-0.6	-6.3	-13.7	-0.8	-8.5	
200 Químicos	3 331	3 732	7.4	10.5	10.4	10.8	12.0	11.0	1.1	13.0	12.0	1.3	14.3	
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 786	3 038	9.7	8.8	8.7	8.8	2.6	8.5	0.7	8.4	9.0	0.8	8.9	
400 Peles, Couros e Têxteis	1 613	1 675	7.9	5.0	5.1	4.8	-4.7	3.4	0.2	2.0	3.8	0.2	2.2	
500 Vestuário e Calçado	3 516	3 645	17.7	10.7	11.0	10.5	-5.4	2.5	0.3	3.2	3.7	0.4	4.6	
600 Minérios e Metais	3 269	3 753	6.1	10.3	10.3	10.8	16.3	15.6	1.6	18.0	14.8	1.5	17.2	
700 Máquinas	6 238	6 862	19.4	19.9	19.6	19.8	5.1	11.0	2.2	24.5	10.0	2.0	22.2	
800 Material de Transporte	4 244	4 519	15.7	13.4	13.3	13.0	1.2	6.1	0.8	9.1	6.5	0.9	9.8	
900 Produtos Acabados Diversos	2 374	2 719	7.0	7.2	7.4	7.8	5.2	14.0	1.0	11.8	14.5	1.1	12.2	

Por memória:

Total sem energéticos	30 133	33 183	98.1	94.4	94.5	95.7	3.8	9.9	9.4	106.3	10.1	9.6	108.5
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-------	------	-----	-------

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros.

** O ano 2006, aqui considerado, não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2001.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 - 2ª versão do ano; 2007 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses, as expedições para o mercado comunitário cresceram 7,5% e as exportações para os países terceiros aumentaram 13,6% (Quadro 3.4).

Neste período destacam-se os aumentos das expedições portuguesas para Espanha (+11,5%, que compara com +11,9% no período de 2001-2006), França (+10,4%, que compara com +3,9%) e Alemanha (+10,1%, com -2,7% em 2001-2006).

Entre Janeiro e Novembro, estes 3 países representaram 54,0% do total das saídas de mercadorias. Verificaram-se decréscimos nas expedições para a Bélgica (-13,4%), Reino Unido (-6,1%) e Países Baixos (-2,0%).

Entre os países terceiros, destacam-se, pelo seu peso relativo, entre Janeiro e Novembro, os EUA (4,8% do total) e Angola (4,4%).

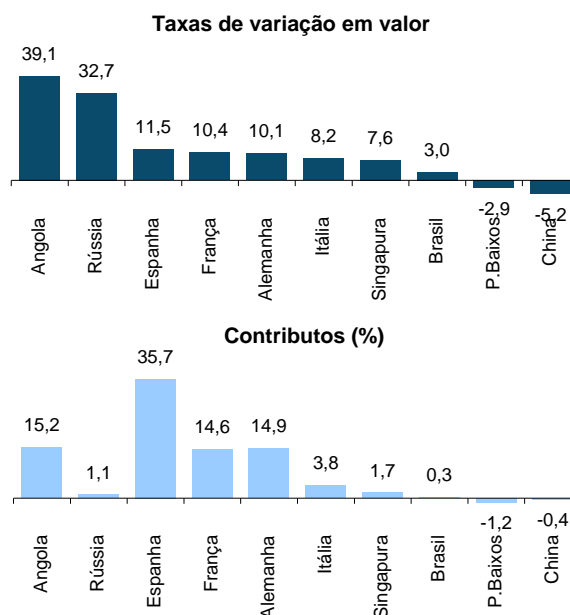
Nos últimos 12 meses ressalta o forte incremento das exportações para Angola (+39,1%) e Rússia (+32,7%).

Após um acentuado aumento nos últimos anos, as exportações para Singapura, constituídas principalmente por dispositivos electrónicos, cresceram ainda 7,6% neste período.

As exportações para a China, que nos últimos cinco anos haviam crescido à taxa média anual de 28,9%, registaram agora uma descida (-5,2%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino, foram os da Espanha (35,7%), de Angola (15,2%), da Alemanha (14,9%), e da França (14,6%) (Figura 3.3 e Quadro 3.4).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2007



Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Destino	Jan-Nov		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]						
			anual		Jan-Nov		média anual 01-06*	últimos 12 meses		Jan-Nov			
	2006	2007	2001	2006*	2006	2007		contributos		contributos			
							VH [1]	p.p.	%	VH	p.p.	%	
TOTAL	31 877	34 687	100.0	100.0	100.0	100.0	4.6	8.8	8.8	100.0	8.8	8.8	100.0
Intra UE-27	24 760	26 652	81.2	76.7	77.7	76.8	3.4	7.5	5.8	65.6	7.6	5.9	67.3
Espanha	8 744	9 769	19.3	27.2	27.4	28.2	11.9	11.5	3.1	35.7	11.7	3.2	36.5
Alemanha	4 189	4 587	19.0	13.2	13.1	13.2	-2.7	10.1	1.3	14.9	9.5	1.2	14.2
França	3 958	4 382	12.7	12.3	12.4	12.6	3.9	10.4	1.3	14.6	10.7	1.3	15.1
R.Unido	2 258	2 120	10.2	6.9	7.1	6.1	-3.5	-6.1	-0.4	-4.9	-6.1	-0.4	-4.9
Itália	1 310	1 432	4.4	4.0	4.1	4.1	2.5	8.2	0.3	3.8	9.3	0.4	4.3
P.Baixos	1 196	1 172	4.1	3.7	3.8	3.4	2.8	-2.9	-0.1	-1.2	-2.0	-0.1	-0.9
Bélgica	1 016	880	5.3	3.2	3.2	2.5	-5.6	-13.8	-0.4	-5.0	-13.4	-0.4	-4.8
Extra UE-27	7 117	8 035	18.8	23.3	22.3	23.2	9.2	13.6	3.0	34.4	12.9	2.9	32.7
EUA	1 927	1 653	5.7	6.3	6.0	4.8	6.5	-11.7	-0.7	-8.0	-14.2	-0.9	-9.7
Angola	1 097	1 525	1.9	3.6	3.4	4.4	19.2	39.1	1.3	15.2	38.9	1.3	15.2
Singapura	635	658	0.3	2.1	2.0	1.9	51.9	7.6	0.1	1.7	3.7	0.1	0.8
Brasil	233	236	0.8	0.8	0.7	0.7	2.5	3.0	0.0	0.3	1.2	0.0	0.1
China	187	169	0.2	0.6	0.6	0.5	28.9	-5.2	0.0	-0.4	-9.9	-0.1	-0.7
Rússia	100	131	0.1	0.3	0.3	0.4	36.7	32.7	0.1	1.1	30.8	0.1	1.1
Por memória:													
PALOP	1 389	1 877	2.8	4.5	4.4	5.4	15.5	35.3	1.5	17.4	35.1	1.5	17.4
EFTA	366	351	2.2	1.2	1.1	1.0	-7.9	-3.7	0.0	-0.5	-4.1	0.0	-0.5

* O ano de 2006 na estrutura anual e na média anual 2001-2006 não inclui estimativas abaixo do limiar e das não-respostas para ser comparável com 2001.

[1] (Dez 06-Nov 07) / (Dez 05-Nov 06) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 - segunda versão preliminar do ano; 2007 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses, a terminar em Novembro de 2007, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento de 6,2% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os maiores contributos para a sua taxa de crescimento incidiram nos grupos de produtos "Agro-alimentares" (26,4%), "Máquinas" (22,5%), "Material de Transporte (15,4%), "Minérios e Metais" (14,4%), e "Químicos" (13,4%).

O único contributo negativo para o crescimento das entradas neste período foi o do grupo "Energéticos" (-13,9%).

O grupo de produtos "Máquinas", o que detém a maior quota no conjunto das entradas, pesou 19,6% no total no período de Janeiro a Novembro.

Seguiram-se, com pesos da ordem dos 13 a 14% os grupos "Químicos", "Energéticos" e "Agro-alimentares", e entre 11 e 12% os grupos "Minérios e Metais" e "Material de Transporte".

Numa selecção de mercados, no mesmo período e à semelhança do que acontece com as saídas de mercadorias, são a Espanha, a Alemanha e a França os principais mercados de origem das entradas, respectivamente com 30,8%, 13,1% e 8,6% do total.

As entradas provenientes dos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram neste período 6,7% do total.

Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁹ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]						
	Jan-Nov		Anual		Jan-Nov		média anual 01-06**	últimos 12 meses			Jan-Nov		
	2006	2007	2001	2006**	2006	2007		VH [1]	contributos		VH	contributos	
									p.p.	%		p.p.	%
TOTAL DAS ENTRADAS	48 902	52 022	100.0	100.0	100.0	100.0	3.1	6.2	6.2	100.0	6.4	6.4	100.0
Grupos de Produtos													
000-Agro-Alimentares	5 832	6 671	12.4	12.0	11.9	12.8	2.3	13.6	1.6	26.4	14.4	1.7	26.9
100-Energéticos	7 593	7 170	9.7	15.6	15.5	13.8	13.3	-5.6	-0.9	-13.9	-5.6	-0.9	-13.5
200-Químicos	6 738	7 144	12.5	13.9	13.8	13.7	5.2	6.0	0.8	13.4	6.0	0.8	13.0
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	2 226	2 489	5.7	4.4	4.6	4.8	-2.0	11.3	0.5	8.4	11.8	0.5	8.4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 308	3 569	8.5	6.6	6.8	6.9	-2.1	7.9	0.5	8.6	7.9	0.5	8.4
500-Minérios e Metais	5 098	5 532	8.6	10.4	10.4	10.6	6.9	8.6	0.9	14.4	8.5	0.9	13.9
600-Máquinas [3]	9 563	10 177	21.9	19.9	19.6	19.6	1.1	7.1	1.4	22.5	6.4	1.3	19.7
700-Material de Transporte [4]	5 730	6 252	14.8	11.7	11.7	12.0	-1.8	8.1	1.0	15.4	9.1	1.1	16.7
800-Prod. Acabados Diversos	2 815	3 018	5.7	5.6	5.8	5.8	2.7	5.0	0.3	4.8	7.2	0.4	6.5
Total sem energéticos	41 310	44 852	90.3	84.4	84.5	86.2	1.7	8.3	7.0	113.9	8.6	7.2	113.5
Mercados de origem													
Intra UE-27	36 895	39 135	76.7	74.8	75.4	75.2	2.6	5.9	4.5	72.5	6.1	4.6	71.8
Espanha	14 828	16 038	27.4	30.0	30.3	30.8	5.0	7.8	2.4	38.4	8.2	2.5	38.8
Alemanha	6 694	6 828	13.8	13.6	13.7	13.1	2.8	2.5	0.3	5.5	2.0	0.3	4.3
França	4 095	4 492	10.2	8.4	8.4	8.6	-0.9	9.1	0.8	12.4	9.7	0.8	12.7
R.Unido	2 137	1 861	5.0	4.1	4.4	3.6	-1.0	-13.2	-0.6	-9.3	-12.9	-0.6	-8.8
Itália	2 831	2 872	6.8	5.8	5.8	5.5	-0.4	1.7	0.1	1.6	1.4	0.1	1.3
P.Baixos	2 213	2 449	4.8	4.6	4.5	4.7	2.0	10.5	0.5	7.7	10.7	0.5	7.6
Bélgica	1 331	1 490	3.0	2.7	2.7	2.9	1.1	12.6	0.3	5.5	12.0	0.3	5.1
Extra UE-27	12 007	12 887	23.3	25.2	24.6	24.8	4.8	6.9	1.7	27.5	7.3	1.8	28.2
Brasil	1 140	1 274	1.3	2.4	2.3	2.4	17.2	10.2	0.2	3.9	11.8	0.3	4.3
Nigéria	689	829	1.8	1.5	1.4	1.6	-1.0	19.0	0.3	4.5	20.4	0.3	4.5
China	707	981	0.8	1.5	1.4	1.9	17.1	40.1	0.6	9.2	38.8	0.6	8.8
EUA	720	881	3.6	1.5	1.5	1.7	-13.4	11.8	0.2	3.0	22.4	0.3	5.2
Noruega	658	613	1.9	1.3	1.3	1.2	-3.6	-6.2	-0.1	-1.3	-7.0	-0.1	-1.5
Japão	513	529	1.8	1.1	1.0	1.0	-7.5	0.9	0.0	0.1	3.1	0.0	0.5
Rússia	617	553	1.0	1.3	1.3	1.1	8.3	-9.7	-0.1	-1.9	-10.3	-0.1	-2.0
Argélia	815	499	0.3	1.7	1.7	1.0	44.1	-36.8	-0.6	-10.4	-38.7	-0.6	-10.1
OPEP ^[5]	3 335	3 507	4.3	6.9	6.8	6.7	13.3	6.2	0.4	6.8	5.2	0.4	5.5
EFTA	1 021	1 026	3.1	2.1	2.1	2.0	-4.5	0.5	0.0	0.1	0.4	0.0	0.1
PALOP	50	401	0.4	0.2	0.1	0.8	-13.0	729.9	0.7	11.9	698.4	0.7	11.3

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias da UE com as "Importações" provenientes de Países Terceiros.

** O ano 2006, aqui considerado, não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2001.

[1] (Nov 06-Out 07) / (Nov 05-Out 06) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas. [4] Inclui tractores agrícolas. [5] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com dados de base declarados do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de Janeiro a Outubro de 2007 manteve-se a tendência de decréscimo do peso dos produtos de *Baixa Intensidade Tecnológica* (BT) no conjunto das saídas de produtos industriais transformados.

Face aos dados apurados no período homólogo de 2006, o peso destes produtos desceu de 35,5% para 35,3% (44,6% do total em 2001).

Relativamente às saídas dos produtos de *Alta e Média-alta Intensidade Tecnológica*, verifica-se um ligeiro aumento, de 42,5% em Janeiro-Outubro de 2006, para 42,7% em Janeiro-Outubro de 2007.

Figura 3.6. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

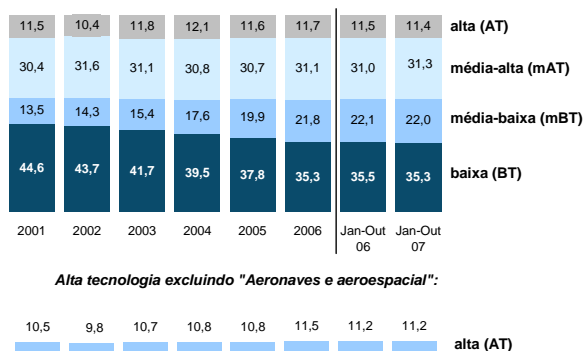
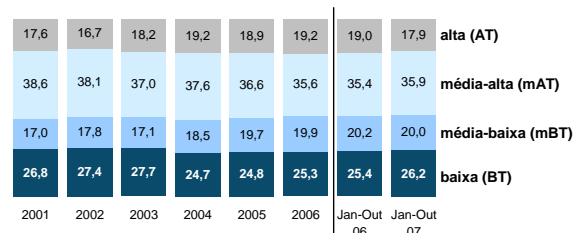


Figura 3.7. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2006 - últimas versões; 2007 - versão preliminar).

Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem estimativas das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e a manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, pelo facto de o mesmo tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2006 - últimas versões; 2007 - versão preliminar).

Quadro 3.6. Saídas e Entradas* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2006	Janeiro a Outubro		Taxas de variação em valor			% do total dos prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2006	2007	média 2007	2006	Jan-Out 2007	2005		2006		2006	Jan-Out 2007		
							2006	2007	2006	2007				
SAÍDAS*														
Total dos prod. indust. transformados	32 008 983	26 812 087	29 211 890	4.2	12.5	9.0	100.0	100.0	100.0	100.0	12.5	9.0		
Alta tecnologia	3 750 932	3 075 627	3 333 393	4.7	13.8	8.4	11.6	11.7	11.5	11.4	1.6	1.0		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 674 540	3 005 378	3 248 993	3.0	21.0	8.1	10.8	11.5	11.2	11.2	2.3	0.9		
Média-alta tecnologia	9 969 318	8 307 461	9 129 973	4.7	14.1	9.9	30.7	31.1	31.0	31.3	4.3	3.1		
Média-baixa tecnologia	6 985 948	5 923 535	6 429 281	14.7	23.4	8.5	19.9	21.8	22.1	22.0	4.6	1.9		
Baixa tecnologia	11 302 785	9 505 463	10 319 243	-0.5	5.0	8.6	37.8	35.3	35.5	35.3	1.9	3.0		
<i>Por memória:</i>														
Total das Saídas	33 638 961	28 127 804	30 648 513	4.6	13.3	9.0	100.0	100.0	100.0	100.0	13.3	9.0		
Residual	1 629 978	1 315 717	1 436 623	12.8	32.4	9.2	4.1	4.8	4.7	4.7	1.3	0.4		
ENTRADAS*														
Total dos prod. indust. transformados	42 287 313	35 424 823	37 701 502	2.1	7.0	6.4	100.0	100.0	100.0	100.0	7.0	6.4		
Alta tecnologia	8 130 338	6 727 674	6 763 186	3.8	8.7	0.5	18.9	19.2	19.0	17.9	1.6	0.1		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 716 938	6 348 772	6 304 971	4.8	11.4	-0.7	17.8	0.0	18.1	16.9	2.0	-0.1		
Média-alta tecnologia	15 034 104	12 541 635	13 535 829	0.4	4.0	7.9	36.6	35.6	35.4	35.9	1.5	2.8		
Média-baixa tecnologia	8 411 108	7 159 420	7 541 270	5.3	8.0	5.3	19.7	19.9	20.2	20.0	1.6	1.1		
Baixa tecnologia	10 711 764	8 996 094	9 861 217	1.0	9.2	9.6	24.8	25.3	25.4	26.2	2.3	2.4		
<i>Por memória:</i>														
Total das Entradas	51 329 319	43 143 622	45 373 276	3.1	7.7	5.2	100.0	100.0	100.0	100.0	7.7	5.2		
Residual	9 042 006	7 718 800	7 671 773	8.9	11.1	-0.6	17.1	17.6	17.9	16.9	1.9	-0.1		

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

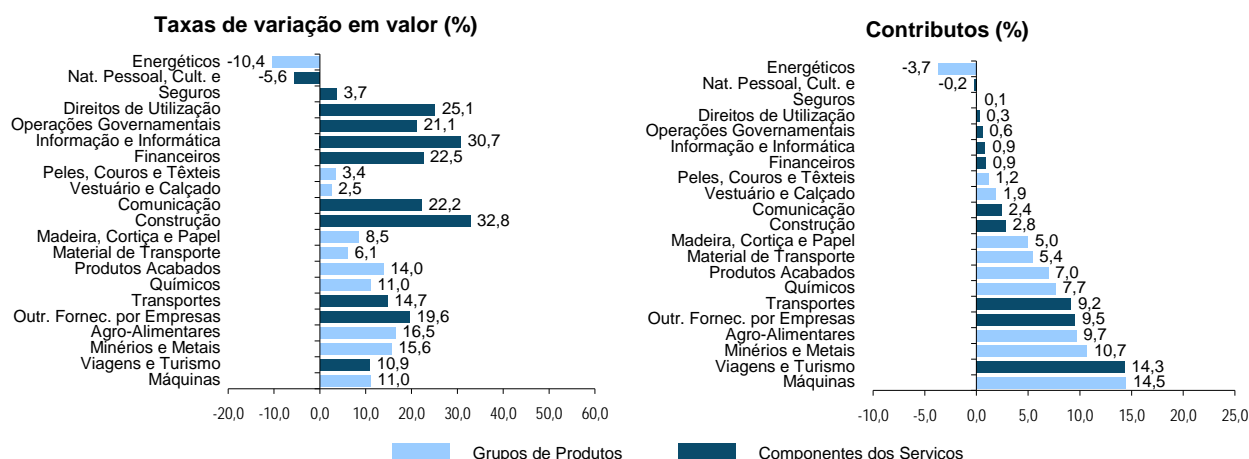
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2006 - últimas versões; 2007 - versão preliminar).

Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, no período de *Janeiro a Novembro de 2007* o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 30,0% do lado das “exportações” (crédito), e 15,4% na vertente das “importações” (débito). Nos últimos 12 meses, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 10,4% em termos homólogos, sendo 59,2% desse crescimento explicado pelas “exportações” de Bens (Intra+Extra UE) e os restantes 40,8% pelas “exportações” de Serviços.

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços, nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mede a proporção do crescimento das “exportações” atribuível a cada uma das categorias de serviços e grupos de produtos (10,4 p.p = 100). A figura revela que entre os 6 itens que mais contribuíram para o crescimento das “exportações”, 3 referem-se a Serviços.

Figura 3.8. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2007



Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Novembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Anual		Jan-Nov		média anual	últimos 12 meses		Jan-Nov			
	2006	2007	2001	2006	2006	2007		VH	contributos [1]	VH	contributos [1]		
							01-06		p.p.	%		p.p.	%
CRÉDITO ("Exportações")													
Bens e Serviços	45 030	49 714	100,0	100,0	100,0	100,0	5,2	10,4	10,4	100,0	10,4	10,4	100,0
Bens	32 051	34 804	72,2	71,0	71,2	70,0	4,9	8,6	6,1	59,2	8,6	6,1	58,8
Serviços	12 979	14 910	27,8	29,0	28,8	30,0	6,1	14,6	4,2	40,8	14,9	4,3	41,2
Transportes	2 908	3 316	4,7	6,5	6,5	6,7	12,5	14,7	1,0	9,2	14,0	0,9	8,7
Viagens e Turismo	6 181	6 867	16,2	13,6	13,7	13,8	1,7	10,9	1,5	14,3	11,1	1,5	14,6
Comunicação	498	635	0,6	1,1	1,1	1,3	19,2	22,2	0,3	2,4	27,4	0,3	2,9
Construção	405	545	0,6	0,9	0,9	1,1	15,4	32,8	0,3	2,8	34,4	0,3	3,0
Seguros	88	92	0,2	0,2	0,2	0,2	7,0	3,7	0,0	0,1	4,0	0,0	0,1
Financeiros	177	223	0,3	0,4	0,4	0,4	10,7	22,5	0,1	0,9	25,9	0,1	1,0
Informação e Informática	130	168	0,2	0,3	0,3	0,3	17,0	30,7	0,1	0,9	29,9	0,1	0,8
Direitos de Utilização	57	71	0,1	0,1	0,1	0,1	18,0	25,1	0,0	0,3	23,8	0,0	0,3
Outr. Fornec. por Empresas	2 216	2 667	4,2	5,1	4,9	5,4	5,2	19,6	1,0	9,5	20,4	1,0	9,6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	188	174	0,4	0,4	0,4	0,4	9,4	-5,6	0,0	-0,2	-7,0	0,0	-0,3
Operações Governamentais	129	152	0,4	0,3	0,3	0,3	0,5	21,1	0,1	0,6	17,8	0,1	0,5
DÉBITO ("Importações" Fob)													
Bens e Serviços	55 741	59 364	100,0	100,0	100,0	100,0	3,7	6,1	6,1	100,0	6,5	6,5	100,0
Bens	47 267	50 229	84,9	84,7	84,8	84,6	3,7	5,9	5,0	82,4	6,3	5,3	81,8
Serviços	8 474	9 135	15,1	15,3	15,2	15,4	3,9	7,0	1,1	17,6	7,8	1,2	18,2
Transportes	2 600	2 777	4,6	4,7	4,7	4,7	4,0	6,7	0,3	5,1	6,8	0,3	4,9
Viagens e Turismo	2 420	2 649	4,7	4,3	4,3	4,5	2,1	8,9	0,4	6,3	9,4	0,4	6,3
Comunicação	345	444	0,4	0,6	0,6	0,7	13,6	24,4	0,2	2,5	28,6	0,2	2,7
Construção	94	109	0,2	0,2	0,2	0,2	4,1	21,7	0,0	0,6	15,9	0,0	0,4
Seguros	174	174	0,2	0,3	0,3	0,3	11,7	3,2	0,0	0,2	-0,2	0,0	0,0
Financeiros	196	185	0,3	0,3	0,4	0,3	5,7	-7,7	0,0	-0,4	-5,2	0,0	-0,3
Informação e Informática	210	250	0,3	0,4	0,4	0,4	6,9	18,2	0,1	1,2	19,0	0,1	1,1
Direitos de Utilização	253	291	0,6	0,5	0,5	0,5	-0,1	14,4	0,1	1,1	15,0	0,1	1,1
Outr. Fornec. por Empresas	1 622	1 740	2,9	2,9	2,9	2,9	5,6	3,9	0,1	2,0	7,3	0,2	3,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	348	328	0,6	0,6	0,6	0,6	4,3	-5,6	0,0	-0,6	-5,7	0,0	-0,5
Operações Governamentais	212	188	0,4	0,4	0,4	0,3	3,3	-5,1	0,0	-0,3	-11,1	0,0	-0,6

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento do fluxo de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

População Activa e Participação no Mercado de Trabalho em 2007

De acordo com o INE, entre 2006 e 2007 verificou-se um aumento da população activa de cerca de 31 mil indivíduos (0,6%) (ver Quadro 1). No mesmo período, o número de indivíduos com idade para trabalhar aumentou 24,1 mil. Tal significa que se registou um aumento da participação no mercado de trabalho – a redução do número de inactivos foi de 6,9 mil (0,2%).

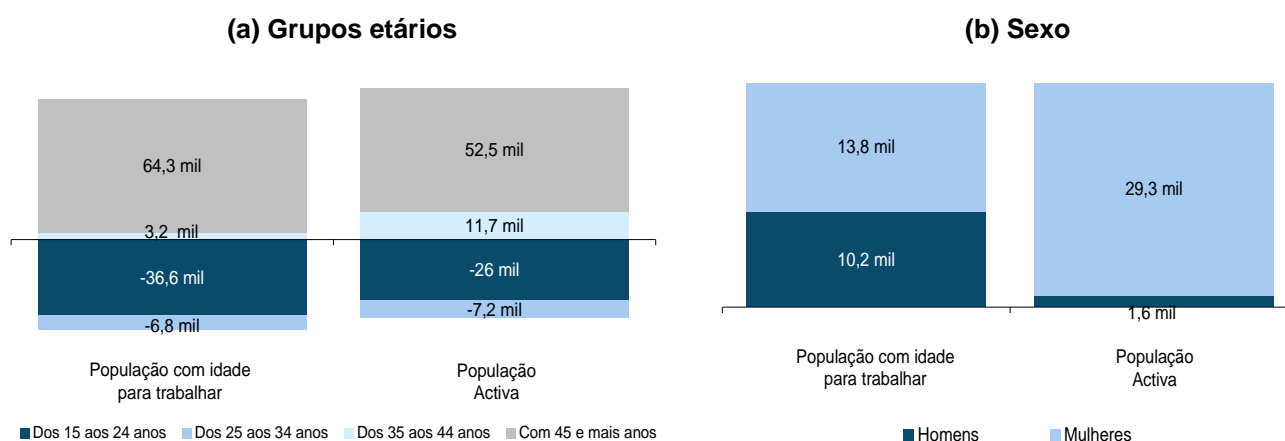
Quadro 1 – Variação da população com idade para trabalhar e da população activa entre 2006 e 2007 (em milhares de indivíduos)

	2006	2007	Varição
População com idade para Trabalhar	8945,6	8969,7	24,1
População Activa	5587,3	5618,3	31

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Há dois aspectos desta evolução que merecem particular realce: (a) o envelhecimento da população e (b) maior peso das mulheres no mercado de trabalho (ver Figura 1).

Figura 1 – Contributos para a variação do número pessoas com idade para trabalhar e do número de activos entre 2006 e 2007



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

O aumento do número de indivíduos com mais de 45 anos é responsável pela quase totalidade das variações positivas na população com idade para trabalhar e da população activa. No entanto, nesta faixa etária o aumento do número de activos (52,5 mil indivíduos) não reflecte um aumento da participação, mas antes o envelhecimento geral da população (note-se que o crescimento dos activos é inferior ao dos indivíduos com idade para trabalhar acima dos 45 anos (64,3 mil) – ver Figura 1a). Pelo contrário, os níveis de participação no mercado de trabalho aumentam para os grupos etários dos 15 aos 24 anos (que vê o número de activos reduzir menos do que a população) e dos 35 aos 44 anos (onde o crescimento da população activa é superior ao da população em 8,5 mil indivíduos).

A Figura 1b revela que as mulheres são responsáveis pelo grosso das variações verificadas na população activa. A variação no número de activos do sexo feminino (29,3 mil) é mais do dobro do crescimento na população feminina com idade para trabalhar (13,8 mil) – revelando que o crescimento da população activa é explicado em larga medida pela passagem de mulheres de uma situação de inactividade para uma situação de empregabilidade.

Artigos

Em Análise:

Balanço da Presidência Portuguesa na área dos Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN)

Paula Costa *

A Presidência Portuguesa da União Europeia decorreu no segundo semestre de 2007. Tendo sido implementando pela primeira vez o novo Regulamento Interno do Conselho, o qual define que as três Presidências compreendidas num período de dezoito meses deverão apresentar um programa geral de trabalhos conjunto, no qual consubstanciarão os seus programas individuais, também na área dos Assuntos Económicos e Financeiros se procedeu a esta coordenação, tendo Portugal estabelecido, juntamente com a Alemanha (Presidência precedente) e com a Eslovénia (Presidência seguinte) três objectivos estratégicos:

- Assegurar uma gestão eficaz e eficiente da Política Económica;
- Melhorar a qualidade das Finanças Públicas na União Europeia;
- Avançar no sentido da plena realização do Mercado Interno, em particular no que diz respeito aos Serviços Financeiros e à Fiscalidade.

Com base nestes objectivos e no seu próprio programa, a Presidência Portuguesa na área ECOFIN deu continuidade a temas que derivaram de anteriores Presidências, tendo apresentado como tema inovador de debate a modernização das administrações públicas como factor de competitividade dos países.

Com este enquadramento, a Presidência Portuguesa prosseguiu várias temáticas, tendo desenvolvido trabalho significativo em diversas áreas, de onde se destacam a qualidade das Finanças Públicas, onde se insere a temática da modernização das administrações públicas, a Estratégia de Lisboa e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, bem como diversos aspectos dos mercados financeiros e da fiscalidade. O objectivo deste artigo é, portanto, apresentar alguns dos mais significativos progressos atingidos na Presidência Portuguesa na área ECOFIN sobre os temas referidos.

No âmbito da prioridade atribuída à **qualidade das finanças públicas**, a Presidência Portuguesa centrou-se nos aspectos institucionais deste tema, mais concretamente, no papel que administrações públicas modernas e eficientes desempenham no desenvolvimento de um ambiente empresarial competitivo e do bem-estar dos cidadãos. O ECOFIN reconheceu a importância das medidas de modernização das administrações públicas para o controlo da despesa e para o reforço do crescimento e do emprego e, nessa medida, o seu contributo para alcançar os objectivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento e da Estratégia de Lisboa. As reformas empreendidas neste domínio deverão ainda ser objecto de acompanhamento regular, em particular no contexto dos Programas Nacionais de Reforma, devendo ser reforçado o trabalho de medição da eficiência no sector público e de avaliação do impacto das reformas sobre o desempenho da economia. Esta prioridade da Presidência Portuguesa teve como

* Técnica superior do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do MFAP e Membro da Comissão de Coordenação da Presidência Portuguesa para os Assuntos do Ministério das Finanças e da Administração Pública, com um agradecimento especial à coordenadora desta Comissão, Dra. Graça Damião, e restantes colegas envolvidos neste projecto.

reflexo, já este ano, a inclusão da modernização das administrações públicas nas recomendações específicas para a área do euro, ficando, assim, esta temática claramente definida com um dos objectivos da Estratégia de Lisboa.

Durante a Presidência Portuguesa foi também lançado o debate sobre o **novo ciclo da Estratégia de Lisboa** para 2008-2010. O ECOFIN considerou que esta Estratégia proporciona uma base coerente para as reformas necessárias à modernização das economias europeias, melhorando, quer a capacidade de adaptação às mudanças rápidas, quer de liderança nessas mudanças, tendo sido consensual que as quatro áreas prioritárias de reforma identificadas no Conselho Europeu de Março de 2006 – emprego, conhecimento e inovação, melhoria do ambiente empresarial e energia e alterações climáticas – mantêm-se válidas e actuais. O enfoque do novo ciclo deverá ser, por isso, na continuação do esforço de implementação de reformas.

Estas orientações marcaram os trabalhos da Comissão Europeia, que no seu Pacote relativo ao novo ciclo da Estratégia de Lisboa, divulgado em Dezembro passado, apresentou uma proposta de novas Orientações Gerais de Política Económica semelhantes às anteriores, propondo apenas actualizações aos textos introdutórios de cada Orientação. Processo idêntico foi seguido para as Recomendações Específicas para cada estado-membro.

Sendo a implementação do **Pacto de Estabilidade e Crescimento** uma das principais atribuições do ECOFIN, este Conselho debateu, em particular, formas de reforçar a vertente preventiva do Pacto, tendo concluído pela necessidade de se manter a ambição nos processos de consolidação orçamental dos estados-membros, nomeadamente no que respeita ao ajustamento do défice, que deverá convergir para o objectivo de médio prazo, e da dívida, evitando políticas orçamentais pró-cíclicas em períodos de maior crescimento económico. Estas conclusões convidam ainda a Comissão Europeia a prosseguir os seus trabalhos com o objectivo de vir a tomar em consideração as responsabilidades implícitas das administrações públicas na definição dos objectivos orçamentais de médio prazo e a incluir, na avaliação regular das políticas orçamentais nacionais, a análise da situação macroeconómica global de cada estado-membro.

No domínio relativo à **melhor regulamentação**, o ECOFIN debateu as questões relacionadas com a redução dos custos de reporte estatístico, tendo concluído pela necessidade de se encontrar o equilíbrio entre a minimização dos custos decorrentes das obrigações de reporte e a preservação da qualidade das estatísticas, tendo sido sublinhado que devem ser fomentados sistemas de reporte único para diferentes fins e a integração dos dados já existentes. Há ainda a salientar, no âmbito da governação estatística, o acordo com o Parlamento Europeu que permitiu a criação do Conselho Consultivo Europeu de Governação Estatística e do Comité Consultivo Europeu de Estatística, passos fundamentais no sentido do reforço do sistema estatístico europeu.

Foi igualmente promovida uma discussão sobre os aspectos económicos da **flexigurança**, tendo o ECOFIN destacado a importância das medidas neste domínio para apoiar uma estratégia abrangente de maior flexibilidade no mercado de trabalho e de mobilidade dos trabalhadores, reconhecendo-se que não existe um único modelo para conjugar os objectivos de flexibilidade e de segurança, sendo que a definição de princípios comuns e a identificação de boas práticas poderão ajudar cada país a estabelecer as suas próprias prioridades, respeitando a necessidade de estas medidas serem totalmente compatíveis

com a sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas e de reforçar os incentivos à permanência no mercado de trabalho.

Ainda no âmbito do mercado de trabalho, foi também debatido o **impacto económico das migrações**, tendo sido salientado o impacto significativo dos fluxos migratórios no aumento do potencial de crescimento e da capacidade de ajustamento das economias, constatando que a imigração tem contribuído, em muitos estados-membros, para o crescimento do emprego e para a melhoria do funcionamento do mercado de trabalho, da produtividade e da competitividade. Foi ainda reconhecida a necessidade de implementação de políticas de integração efectivas e eficazes, em áreas como a educação e o desenvolvimento de capacidade profissionais, de continuação dos esforços de implementação de reformas e de se terem em conta efeitos de contágio na definição das políticas de imigração, promovendo-se a cooperação entre os estados-membros e com os países de origem dos imigrantes.

Ciente de que o aprofundamento do Mercado Interno é um vector chave do desenvolvimento da União Europeia, a Presidência Portuguesa focou a sua acção na vertente da integração dos **mercados financeiros** e do reforço da convergência regulamentar e de supervisão e no desenvolvimento de normas comunitárias no domínio da **fiscalidade**.

Tendo em conta o acompanhamento da **evolução da situação económica e dos mercados financeiros** pelo ECOFIN e face à actual situação de turbulência, os Ministros emitiram um comunicado conjunto com os Governadores dos Bancos Centrais sobre a questão e aprovaram um programa de trabalhos a desenvolver até ao final de 2008, em cooperação com os parceiros internacionais, focando, essencialmente, formas de melhorar a transparência e o funcionamento dos mercados, incluindo o papel das agências de notação de risco, bem como de reforçar os processos de valorização e de gestão de risco nos mercados financeiros, incluindo o risco de liquidez.

No domínio da estabilidade financeira, o ECOFIN aprovou princípios comuns para a **gestão de crises financeiras** e áreas prioritárias de trabalho a desenvolver, em particular, a extensão do “*Memorandum of Understanding*” sobre cooperação e troca de informação, assinado em 2005 entre autoridades de supervisão bancária, bancos centrais e ministérios das finanças, por forma a incluir três novos elementos: (i) os princípios comuns aprovados; (ii) um enquadramento analítico comum para avaliação das potenciais implicações sistémicas de uma eventual crise; (iii) orientações práticas quanto a procedimentos a seguir em potenciais situações de crise cross-border. Estabeleceu-se, ainda, um programa de trabalhos com a calendarização desta e outras acções a desenvolver com o objectivo de reforçar a eficácia dos mecanismos de estabilidade financeira na União Europeia.

O Conselho ECOFIN discutiu ainda o **reforço do enquadramento regulamentar e de supervisão dos serviços financeiros** (revisão do processo “Lamfalussy”, baseado numa estrutura regulamentar e de coordenação da supervisão a 4 níveis), tendo identificado áreas em que o processo e estruturas Lamfalussy podem ser melhorados, não obstante os progressos já alcançados. Neste contexto, foi particularmente sublinhado o papel fundamental a desempenhar pelos Comités de supervisores no reforço da convergência das políticas e práticas de supervisão e da cooperação entre autoridades face à crescente integração dos mercados. As conclusões identificam as áreas prioritárias de acção e um programa de trabalhos a implementar ao longo de 2008. O debate permitiu ainda concluir que o Conselho deverá continuar a acompanhar de perto os progressos nestas áreas, tendo por objectivo assegurar a

convergência da supervisão e uma efectiva coordenação da supervisão de *cross-border market players*, por forma a garantir que as estruturas de supervisão na Europa continuam a responder aos desafios que enfrentam.

A Presidência Portuguesa atribuiu elevada prioridade ao desenvolvimento dos trabalhos em torno da **Directiva Solvência II** que visa estabelecer novas regras sobre a solvência das empresas de seguros e introduzir práticas de gestão de risco mais eficientes, reforçando a solidez financeira e a competitividade das empresas seguradoras e a protecção dos tomadores e beneficiários. O trabalho desenvolvido assegurou um apoio generalizado às propostas de compromisso apresentadas pela Presidência sobre aspectos substanciais da mesma, tais como: (i) requisitos qualitativos, (ii) regras sobre supervisão e aplicação do princípio de proporcionalidade, (iii) sistema de governação, (iv) requisitos de reporte e (v) requisitos de prestação de informação ao público, bem como sobre a (vi) consolidação num único texto de 13 Directivas existentes na área dos seguros.

O ECOFIN debateu ainda o reforço da **integração dos sistemas de compensação e liquidação de valores mobiliários na União Europeia**, tendo reconhecido que o actual grau de fragmentação do mercado pós-negociação conduz a custos desnecessariamente elevados, tendo definido as melhores formas de prosseguir nos diversos domínios. No que respeita ao **capital de risco**, o ECOFIN reconheceu a necessidade de melhoria destes mercados, devendo acentuar-se o esforço de identificação e remoção de barreiras ao seu desenvolvimento e ao investimento *cross-border*.

No domínio da **fiscalidade**, a Presidência Portuguesa atribuiu uma prioridade particular ao “**Pacote IVA**”, constituído por duas Directivas que visam a alteração das regras de localização relativas às prestações de serviços entre empresas e de empresas para particulares e a simplificação do sistema de reembolso de IVA a sujeitos passivos não residentes e ainda por uma modificação do Regulamento sobre cooperação administrativa entre estados-membros no sentido da inclusão, no âmbito do mesmo, da informação relativa a prestações de serviços entre empresas.

Foi obtido o acordo político sobre todo o pacote, sendo que, na base do compromisso alcançado, as medidas que fazem parte do “Pacote IVA” entrarão em vigor a 1 de Janeiro de 2010, excepto as novas regras de localização para efeitos de tributação dos serviços de telecomunicações, rádio e televisão e de comércio electrónico efectuados na Comunidade entre empresas e particulares e dos denominados “mini-balcões únicos”, cuja entrada em vigor será diferida para 1 de Janeiro de 2015, procedendo-se até 31 de Dezembro de 2018 a um sistema regressivo de partilha de receitas entre os estados-membros de estabelecimento e de consumo desses serviços. Compete, ainda, à Comissão Europeia apresentar um Relatório ao Conselho sobre a viabilidade das novas regras de localização antes da sua entrada em vigor.

O futuro sistema de **taxas reduzidas de IVA** mereceu igualmente uma atenção particular durante a Presidência Portuguesa, tendo o ECOFIN decidido dar continuidade à análise do impacto económico da aplicação das taxas reduzidas e da adequação destas últimas como instrumento de prossecução de objectivos sectoriais. Ainda no âmbito desta temática, mereceu uma abordagem favorável por parte do Conselho a proposta de Directiva de prorrogação de algumas derrogações em matéria de taxas reduzidas aplicáveis em cinco dos estados-membros que aderiram à União Europeia em Maio de 2004. Consequentemente, foi autorizado o prolongamento até 2010 das taxas reduzidas de IVA aplicadas a certas prestações de serviços, que, de outro modo, caducariam no final deste ano.

A Presidência Portuguesa deu um especial impulso aos trabalhos referentes à **proposta de Directiva sobre tributação automóvel**, dada a importância do contributo da política fiscal para a melhoria da protecção do ambiente e assumindo que os princípios e preocupações de ordem ambiental e energética devem estar particularmente presentes em sectores como o do transporte rodoviário de mercadorias e do parque automóvel. Vários estados-membros, sem porem em causa os méritos desta forma de tributação, consideraram que não existe competência comunitária para legislar nesta matéria.

No que diz respeito às questões orçamentais, foi concretizada a prioridade principal da Presidência Portuguesa - garantir um acordo com o Parlamento Europeu quanto à **aprovação do Orçamento para 2008**. Este objectivo só pôde ser atingido na medida em que incluiu o acordo relativo ao financiamento plurianual do Galileo, um dos mais importantes projectos empreendidos pela União Europeia nos últimos anos, através de uma revisão limitada do quadro financeiro plurianual 2007-2013, que veio a ser acordada por maioria qualificada no Conselho. O pacote do compromisso global alcançado incluiu ainda o acordo sobre o financiamento plurianual do Instituto Europeu de Tecnologia, bem como fundos suplementares para a PESC para 2008, incluindo as necessidades para a missão PESC no Kosovo.

No âmbito da **cooperação financeira internacional**, a Presidência Portuguesa fomentou um esforço dos 12 países europeus doadores do Fundo Africano de Desenvolvimento para conseguir o maior aumento possível na sua contribuição para a sua reconstituição de recursos, a qual ascendeu a 67% do total da reconstituição. Este esforço colectivo ficou também a dever-se aos resultados da Cimeira UE/Africa, na qual o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) foi identificado como um dos parceiros estratégicos na implementação do Plano de Acção da Cimeira, para o período de 2008-2010. Este Fundo é a janela concessional do Grupo do BAD, que visa contribuir para promover o desenvolvimento económico e social dos 38 países africanos menos desenvolvidos através da concessão de financiamento altamente concessional.

A Presidência Portuguesa promoveu ainda o apoio dos 24 países da União Europeia doadores da **Associação Internacional de Desenvolvimento**, a janela concessional do Grupo do Banco Mundial, tendo sido garantido uma participação de 67% para a reconstituição de recursos da Associação. Os países da União Europeia doadores da AID esperam que este apoio permita à instituição continuar a servir de plataforma para a mobilização de ajuda ao desenvolvimento e simultaneamente reforçar o seu papel nos Estados Frágeis e participação em projectos regionais.

A Presidência Portuguesa assumiu, em estreita colaboração com a Comissão Europeia, a **representação externa da União Europeia**, tendo assegurado a referida representação em diversas reuniões internacionais, em particular no G-20, nas reuniões anuais do FMI/Banco Mundial e no evento de Alto Nível sobre Alterações Climáticas para Ministros das Finanças.

Tendo em conta estes desenvolvimentos, o Ministério das Finanças e da Administração Pública faz um balanço muito positivo da sua contribuição para o reconhecido sucesso da Presidência Portuguesa da União Europeia de 2007.

Ensaio:

Market Potential and Welfare in the Iberian Peninsula in the 1990s

Armando J. Garcia Pires*

1. Introduction

The economic geographer Harris (1954) was the first to link the concepts of centre-periphery with market potential. The so-called “market potential” methodology of Harris (1954) aims to identify the regions with higher and lower economic potential, i.e.: the economic centres and peripheries. In this sense, economic periphery refers not only to a geographical position, but to an economic backwardness in relation to a more developed economic centre.

Harris’ (1954) market potential framework was first applied to the European Union by Keeble et al. (1988). This study showed that back in the 80’s, the European economic centre was located in the intercession of West Germany, Northern France, South-East England and Northern Italy; while the European periphery was mostly located in the South of Europe, and in particular in Portugal, Spain and Greece.

Some recent studies, however, showed that while Spain has started to approach the European economic centre, Portugal, in spite of some convergence in terms of GDP per capita, continued to be in the European periphery (see Bröcker, 1998 and Combes and Overman, 2004).

Even though considerable attention has been devoted to the Portuguese and the Spanish market potential country ranking at the European level, we are not aware of any centrality study of Portuguese and Spanish regions at the Iberian level. We believe this is an important issue given the ongoing economic integration of the Iberian market.

The purpose of this study is then two fold: (1) to identify the regional centres and peripheries in the Iberian Peninsula and (2) to uncover some of the effects of an Iberian market totally integrated.

2. Centre and Periphery in the Iberian Peninsula

In this section we first present an empirical model of market potential; after we show the results for our benchmark case, a segmented Iberian market; we conclude by showing the results of a policy scenario simulation with an Iberian market totally integrated.

2.1. The Market Potential Empirical Model

The market potential empirical model is based on Krugman’s (1991) monopolistic competition “new” economic geography model. The model consists of two factors of production: labour (L) and capital (K); two sectors: the traditional sector that produces a homogeneous good and an industrial sector that produces a set of differentiated goods under monopolistic competition; and n regions (with $r = 1, 2, \dots, n$) which can belong to different countries (in our case just Portugal and Spain).

In region r , the wage rate is w_r , the price of capital is z_r , and the price of the differentiated good is q_r . The share of labour, of capital and of differentiated goods in production are respectively α , β and γ .

* Address for correspondence: Norwegian School of Economics and Business Administration, Department of Economics, Helleveien 30, N-5045 Bergen, Norway. Tel: +(47)55959622, Fax: +(47)55959543. E-mail: armando.pires@nhh.no.

We assume a very simple technology. The industrial sector is a standard monopolistic competition model, where manufacturing firms use the homogenous good (of the traditional sector) as the only input to produce a differentiated good subject to increasing returns to scale. In turn, the traditional sector produces the homogenous good under perfect competition and constant returns to scale using as inputs labour, capital and the composite differentiated good of the industrial sector. The price of the homogenous good (p_r) is adjusted for regional technological differences (μ_r).

Both the homogenous and the differentiated goods are traded, but the traditional good is freely traded, while the industrial good is subject to iceberg trade costs (τ_{rs}). In particular if a region r belongs to a country k , and region s to country l (with $k \neq l$), the mark-up factor representing trade costs is:

$$\tau_{rs} = \exp(\eta g_{rs}) \delta_{kl} \quad (1)$$

Where g_{rs} denotes the geographic distance between two regions, η measures the costs by unit of distance in percentage of the value of the good, and $\delta_{kl} - 1 \geq 0$ the trade costs of exporting a good from country k to country l . With this last parameter we want to capture all impediments to trade that arise in international trade¹.

In the benchmark case we then assume that trade costs between two regions belonging to the same country ($k = l$) equal $\delta_{kl} = 1$, while for trade costs between two regions belonging to different countries ($k \neq l$) we have $\delta_{kl} > 1$. Besides the benchmark case we also simulate a counter-factual case with an Iberian market totally integrated, i.e.: with $\delta_{kl} = 1$ for trade between all regions.

From the model above it is possible to derive a market potential index and a welfare index. For a given region r , the market potential index (F_r) depends on the demand and the supply potential function of that region (p_r/q_r) as well as the regional technology parameter (μ_r):

$$F_r = \left(\frac{p_r}{\mu_r q_r} \right)^{\frac{1}{1-\gamma}} \quad (2)$$

Accordingly, regions with better technology, higher demand and higher industrial supply are considered to be economic centres. Note that then F_r also measures the economic performance of a region since it gives us the real rate of return on factors of production.

In turn for the same region r , the welfare index (U_r) depends on total regional GDP (y_r) weighted by the regional price index (q_r):

$$U_r = \frac{y_r}{q_r} \quad (3)$$

Thus, regions with higher regional GDP and lower price index have higher welfare.

¹ For example, not long time ago, firms in Portugal could not buy electricity in Spain and *vice-versa*.

We calibrate μ_r such that observed regional GDP (y_r) is equal to the model regional GDP (Y_r). In other words, μ_r is found by solving an equilibrium system of equations from our model. Basically, we take data for the model main parameters (elasticity of substitution σ , and η , α , β , γ , $\delta_{k,l}$) and variables (regional employment, regional GDP and regional distances) and with this information we calibrate μ_r .

In the empirical application of the model above, we consider the twenty NUTS 2 regions of continental Portugal and Spain². The data used is total regional employment (L), inter-regional distances (g) and regional GDP (y). All data refers back to 1994. With the exception of inter-regional distances, all other data was taken from EUROSTAT's REGIO database. The inter-regional distance data was compiled from the CD-ROM "Route 66 Europe". We have opted to measure g_{rs} as the shortest road distance in kilometres between the main cities of each NUTS 2 region.

We repeat the calibration process above to compute a policy scenario simulation. Policy scenarios are interesting because it allows us to compute variations in regional welfare. To do this we compare the regional welfare index (from equation (2)) obtained in the benchmark reference case (U_r^R) with the regional welfare index obtained in the simulation scenario (U_r^C):

$$REV_r = \frac{U_r^C}{U_r^R} - 1 \quad (4)$$

Where REV_r is the Hicks measure of relative equivalent variation in region r .

2.2. Results from the Benchmark Case

Figures 1 and 2 illustrate the results of the market potential index for the NUTS 2 regions of Portugal and Spain for the benchmark case (i.e.: with $\delta_{kl} = 1$ for regions belonging to the same country and $\delta_{kl} > 1$ for regions belonging to different countries)³.

The market potential index in the Iberian Peninsula varies between a minimum of 0.60 in Algarve and a maximum of 1.44 in Madrid. Besides the global maximum in Madrid, there are two other market potential peaks in Cataluña (1.34) and Pais Vasco (1.32). Furthermore, there are two new economic centres emerging: Comunidad Valenciana and Andalucia.

Consider now Spain and Portugal separately. Galicia is the Spanish region with the lowest market potential, and Madrid with the highest. In turn, Lisboa e Vale do Tejo is the Portuguese region with the highest market potential, and Algarve with the lowest. Note however that Lisboa e Vale do Tejo, in spite of being the Portuguese region that scores best in the market potential index, performs only marginally better than the least central Spanish region (0.87 of Lisboa e Vale do Tejo against 0.85 of Galicia).

² For more detailed information on the NUTS 2 regions of Portugal and Spain see EUROSTAT (1996). The insular regions are not included to maintain spatial continuity in the geographical unit of analysis.

³ In figure 1 lines link locations with the same market potential, while arrows indicate regions with higher market potential. A market potential of one means that a region has the average market potential of the Iberian Peninsula; a market potential above one means a higher market potential than the average; and a market potential below one means a lower market potential than the average. Therefore, regions with higher market potential are centres while regions with lower market potential are peripheries.

In turn welfare varies from a maximum of 1.57 in Madrid to a minimum of 0.55 in Alentejo. Looking at the two countries separately, the region with the lowest welfare in Spain is Extremadura (0.73) and the region with the highest welfare is Madrid. In Portugal, the region with the highest welfare is Lisboa e Vale do Tejo (1.07) and the region with the lowest welfare is Alentejo.

We can also observe that in terms of ranking, results on welfare are similar to the market potential results, showing a direct correlation between market potential and welfare (see figure 2). There is however an important exception: the region of Lisboa e Vale do Tejo. In fact while Lisboa e Vale do Tejo is in the fifteenth place in the market potential index, it ranks eighth in the welfare index.

Our results then indicate that the Iberian Peninsula has a centre-periphery pattern with most Spanish regions closer to the centre while most Portuguese regions closer to the periphery.

Figure 1. Market Potential and Welfare in the Iberian Peninsula

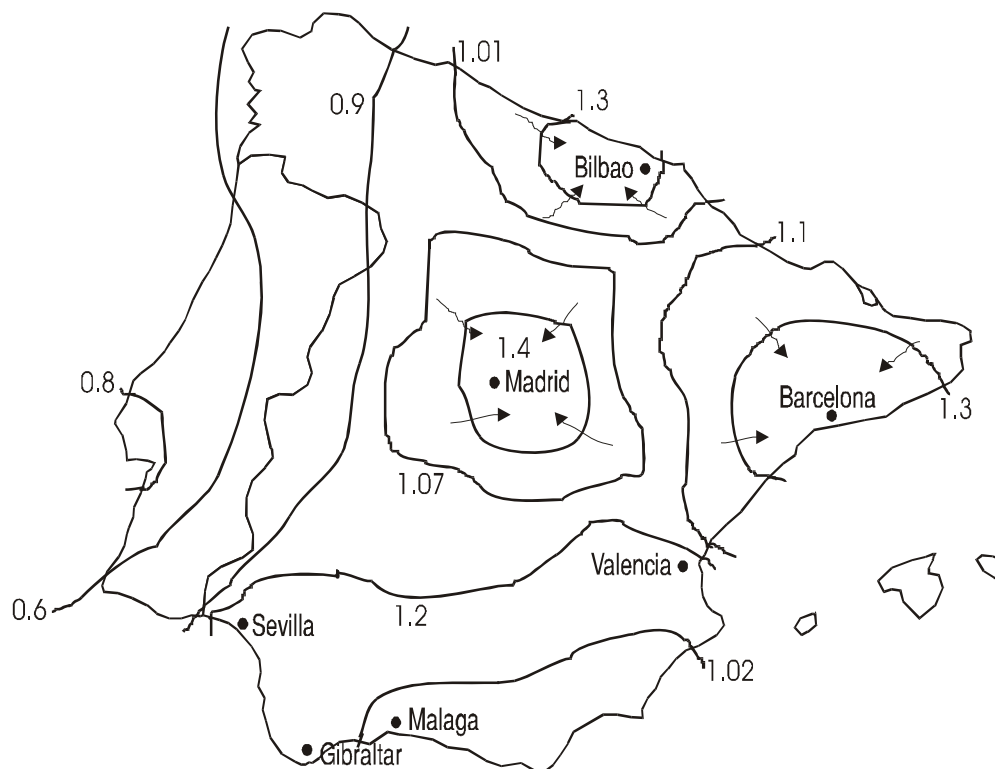
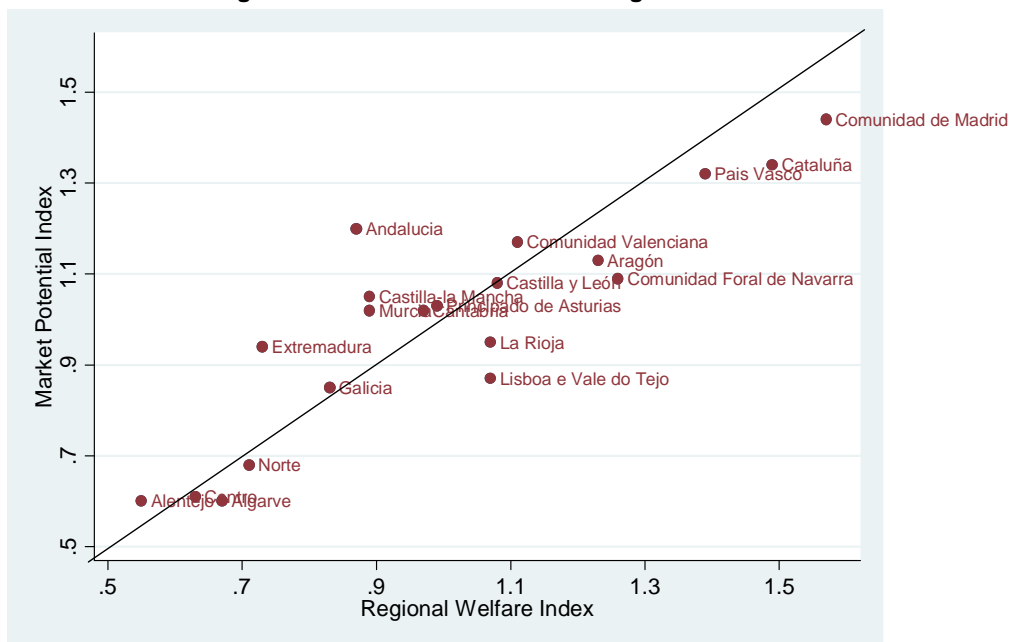


Figure 2. Market Potential versus Regional Welfare



2.3. Iberian Market Integrated

We have also computed the effects of an Iberian market totally integrated. In terms of our model that means that when goods cross the border they do not incur in any extra cost besides the ones associated with distance (i.e.: $\delta_{kl} = 1$ for all regions). We believe that this is a very important scenario, since the Portuguese and the Spanish economies continue in an on-going process of economic integration.

The first thing to note is that under a scenario of an Iberian market totally integrated, the centre-periphery ranking in the Iberian Peninsula would not change, i.e.: the Spanish regions would continue to be more central than the Portuguese ones (see figure 3)⁴. The same thing happens to the regional welfare ranking (see figure 4)⁵.

Even though there are no changes in the market potential and in the welfare rankings, there are some losers and winners from the process of closer Iberian economic integration (see figure 4). However, the majority of the regions gain from a scenario of complete integration (twelve regions gain, while eight lose). Amongst the regions that gain more are the most peripheral regions of Portugal and Spain. In fact, the top three regions in terms of winners are La Rioja (0.16), Alentejo (0.13) and Algarve (0.09). On the contrary, amongst the losers are the most developed regions of each country: Madrid (-0.09), Cataluña (-0.08), Pais Vasco (-0.07), Lisboa e Vale do Tejo (-0.09) and Norte (-0.08). As we can see, however, the losses are very small.

⁴ In figure 3, market potential index 1 and 2 stand respectively for market potential "today" and in an Iberian market totally integrated.

⁵ In figure 4, regional welfare index 1 and 2 stand respectively for regional welfare "today" and in an Iberian market totally integrated.

Figure 3. Market Potential “today” versus Market Potential in an Iberian market totally integrated

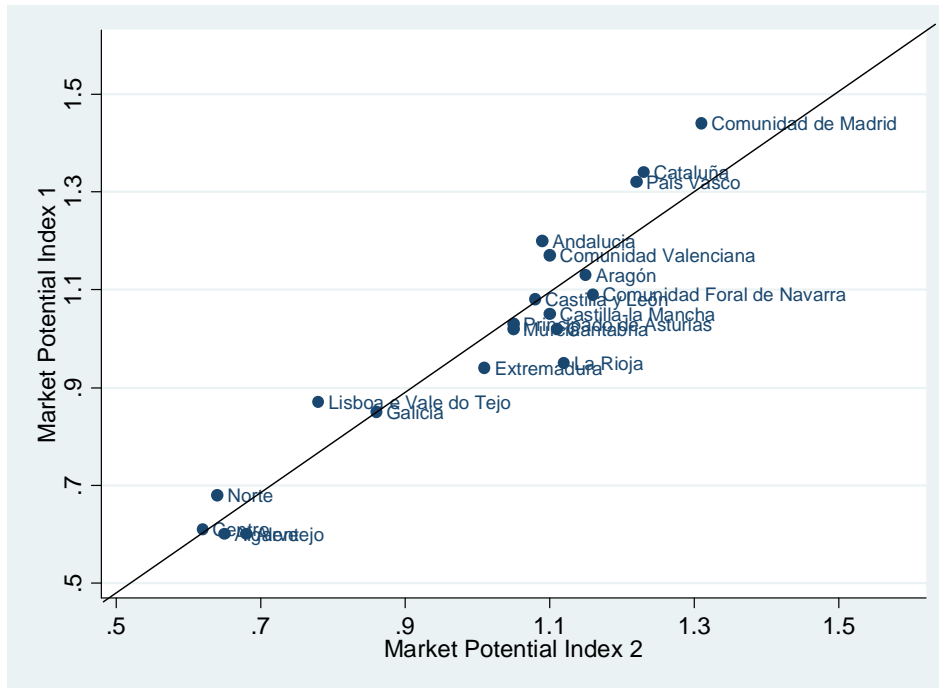
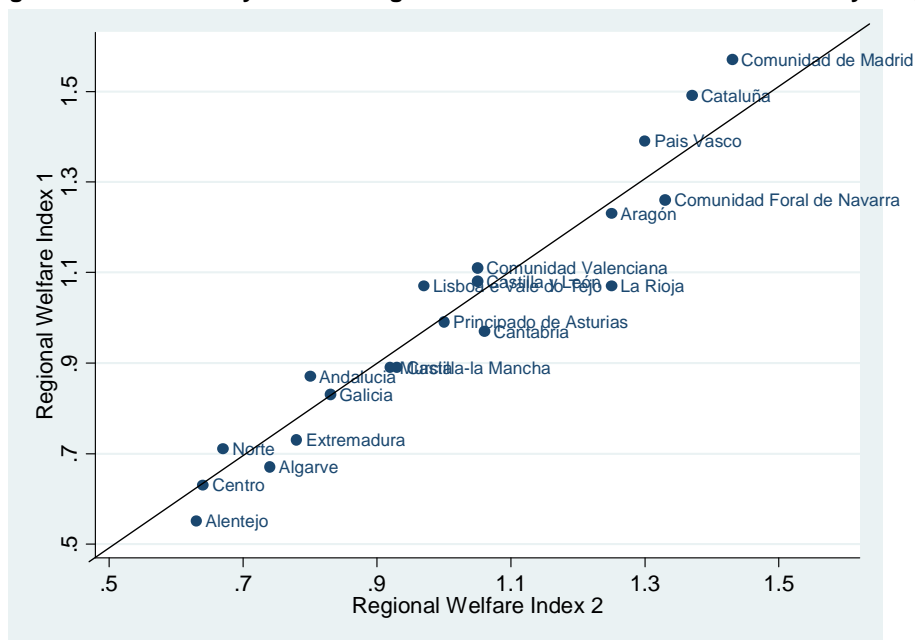


Figure 4. Regional Welfare “today” versus Regional Welfare in an Iberian market totally integrated



3. Discussion

In terms of market potential and welfare, the following picture emerges in the Iberian Peninsula: 1) regions in the Iberian Peninsula present a centre-periphery pattern; 2) the Portuguese regions appear as more peripheral than the Spanish regions; 3) the Portuguese regions have lower economic welfare than the Spanish ones.

In turn, in an Iberian market totally integrated: 1) the majority of regions gain, especially the most peripheral ones; 2) the more central regions of each country may lose, but the losses are very small.

Furthermore, the economic centres in the Iberian Peninsula are geographically equidistant between them. There is Madrid in the Centre, Pais Vasco in the North, Cataluña in the East and Valencia and Sevilla in the South. However in the West of the Iberian Peninsula (exactly where Lisboa e Vale do Tejo is located) there is no economic centre with Iberian projection⁶. According to the “new” economic geography literature this might indicate that there is some room for the emergence of a new Iberian economic centre in Lisboa e Vale do Tejo.

Finally, since our work is silent in terms of the best policies available to tackle the periphery problems of the Portuguese regions, we strongly encourage further work on these issues.

4. References

Bröcker, J. (1998), “Measuring Accessibility in a General Equilibrium Framework”, in: A. Reggiani (ed.), *Accessibility, Trade and Locational Behavior*, Aldershot: Ashgate.

Combes, P. - P. and Overman, H. (2004), “The Spatial Distribution of Economic Activities in the European Union”, in J. Henderson and J.-F. Thisse, *Handbook of Regional and Urban Economics*, Volume 4, New York: North Holland.

EUROSTAT (1996), “REGIO: Banque de Données Régionales, Description du Contenu”, Luxembourg: Commission des Communautés Européennes.

Harris, C. (1954), “The Market as a Factor in the Localization of Production”, *Annals of the Association of American Geographers*, 44, pp.315-348.

Keeble, D.; Offord, J. and Walker, S. (1988), “*Peripheral Regions in a Community of Twelve Member States*”, Luxembourg: Commission of the European Communities.

Krugman, P. (1991), “Increasing Returns and Economic Geography”, *Journal of Political Economy*, 99, pp. 413-499.

This article is based on Garcia Pires, A. (2005), “Market Potential and Welfare: Evidence from the Iberian Peninsula”, *Portuguese Economic Journal*, 4, pp. 107 – 127.

⁶ Obviously, Lisboa e Vale do Tejo is an economic centre at the Portuguese spatial level, but according to our results it is not a centre at the Iberian level.

Iniciativas e Medidas Legislativas

INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião do Conselho ECOFIN</p> <p>12 de Fevereiro de 2008</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 12 de Fevereiro de 2008 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: O Conselho adoptou as suas Opiniões sobre os programas de estabilidade da Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, Holanda e Finlândia e sobre os programas de convergência da Hungria, Roménia, Eslováquia, Suécia e Reino Unido. ▪ Preparação do Conselho Europeu da Primavera de 13-14 de Março de 2008: O ECOFIN aprovou o seu <i>Key Issues Paper</i>, o qual reitera anteriores conclusões sobre a Estratégia de Lisboa e, em particular, o enfoque na estabilidade do processo e na necessidade de implementação das reformas nas quatro áreas identificadas pelo Conselho Europeu de 2006 – conhecimento e inovação, emprego, potencial das empresas, energia e alterações climáticas –, as quais se mantêm válidas. O documento aponta ainda para as seguintes áreas prioritárias de actuação: (i) investir em capital humano, no conhecimento e na inovação, (ii) realizar progressos adicionais relativos ao mercado interno, em particular nos serviços, nas indústrias de rede, na inovação e nos mercados de produtos e trabalho, (iii) desenvolver instrumentos na área da energia e alterações climáticas, (iv) melhorar a qualidade e sustentabilidade das finanças públicas, (v) melhorar a eficiência e estabilidade dos mercados financeiros. O ECOFIN aprovou ainda conclusões relativas à energia e alterações climáticas, de onde se destacam as referências à (i) importância dos instrumentos de mercado, como o <i>EU Emission Trading Scheme</i> e os impostos ambientais, para o cumprimento dos objectivos de redução de emissões de gases com efeito de estufa, (ii) necessidade de avaliar o impacto destas medidas na distribuição do rendimento, na política orçamental e nas finanças públicas, (iii) relevância de sinais claros e estáveis para os investidores, que fomentem o investimento do sector privado em infraestruturas energéticas. ▪ Melhor regulamentação: O ECOFIN realizou uma troca de pontos de vista tendo por base a Comunicação da Comissão Europeia relativa à segunda revisão estratégica sobre melhor regulamentação. ▪ Quitação do orçamento comunitário: O ECOFIN aprovou ainda uma recomendação relativa à quitação a dar à Comissão quanto à execução do orçamento geral da UE para o exercício de 2006.
<p>Cimeira Portugal-Espanha</p>	<p>A XXIII Cimeira Luso-Espanhola realizou-se a 18 e 19 de Janeiro, em Braga, destacando-se as seguintes conclusões:</p> <p>A Cimeira evidenciou a identidade de pontos de vista e de perspectivas dos dois Governos num conjunto extenso de domínios - bilaterais, europeus e internacionais - e o seu empenho em aprofundarem estas relações, projectando-as, como elemento positivo que são, no quadro europeu e na cena internacional.</p> <p>A assinatura do Acordo de Sede do Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia de Braga (ILN) traduz um dos destaques desta cimeira. A criação deste Laboratório internacional resulta de uma decisão da XXI Cimeira, realizada em Évora em 2005. Ambos os Governos acordaram então na criação de uma instituição internacional de investigação e desenvolvimento no domínio das nanotecnologias e nanociências, sediada</p>

em Portugal e gerida conjuntamente pelos dois países.

No âmbito da economia e da inovação os dois Governos registaram o continuado reforço das relações económicas bilaterais, assim como o potencial que o mercado ibérico em crescente integração oferece aos empresários dos dois países enquanto espaço natural para a expansão das suas actividades. Nesse sentido, decidiram dinamizar e ampliar o Fórum Luso-Espanhol.

No domínio da Energia os Governos de Portugal e Espanha congratularam-se com o arranque efectivo do MIBEL e com o progresso alcançado na implementação do Plano de Compatibilização Regulatória de Março de 2007, designadamente, o arranque do mercado à vista ibérico, o aumento em 50% das interligações por via do reforço das linhas Aldeávila-Douro Internacional, a parceria estratégica REN-REE, a cessação dos Contratos de Aquisição de Energia, a operacionalização dos leilões virtuais de capacidade e a realização de leilões ibéricos comuns de aquisição de energia pelos comercializadores de último recurso.

Foi assinado um Acordo de Revisão do Acordo de Santiago de Compostela com vista a acelerar o desenvolvimento do Mercado Ibérico de Electricidade, nomeadamente, criando as condições necessárias para o avanço na constituição do Operador de Mercado Ibérico (OMI).

Ambos os Governos manifestaram o seu interesse em avançar na criação do Mercado Ibérico de Gás Natural (MIBGAS), comprometendo-se a estudar as propostas do documento de princípios de organização e funcionamento elaborado conjuntamente pelas entidades reguladoras, CNE e ERSE. Neste sentido, os Governos congratularam-se com a assinatura do acordo entre a REN e Enagas relativo à transferência de gás natural entre terminais de GNL na península ibérica com vista ao reforço da segurança de abastecimento.

No tocante ao Turismo, considerando a importância deste sector para a economia dos dois países, os Governos acordaram desenvolver a cooperação institucional entre as suas Administrações Nacionais de Turismo, para além da colaboração entre empresas e instituições no domínio do sector. Neste sentido, e dados os bons resultados da actuação desenvolvida em 2006 e 2007, as partes decidiram dar continuidade ao esforço de promoção conjunta em países longínquos, alargando-a a novos países - Canadá e Japão - e reforçando o investimento nos principais mercados - Estados Unidos e Brasil.

Foi igualmente acordado realizar projectos conjuntos de promoção no âmbito do portal «visiteurope.com», bem como, intensificar a cooperação no domínio da Formação Profissional, através da realização de projectos comuns entre Instituições neste sector, assim como do intercâmbio de experiências sobre sistemas de formação.

No sector da Indústria Automóvel foi reconhecida a necessidade de reforçar a cooperação institucional e a promoção de iniciativas conjuntas com vista à identificação de projectos de I&DT e de oportunidades de investimento de interesse mútuo. Neste sentido, os Ministros congratularam-se com a assinatura do Protocolo de Colaboração entre o «Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel» (CEIIA) e o «Centro Tecnológico de Automocion de Galicia» (CTAG) para o desenvolvimento de uma plataforma de mobilidade sustentável.

Simplex 2008

Foi apresentado pelo Primeiro-Ministro, a 8 de Fevereiro, o programa Simplex para 2008, bem como, o balanço de execução do programa em 2007.

O programa de 2007, com 235 medidas, teve uma taxa de execução de 83,3%, tendo 183 sido integralmente cumpridas, 22 parcialmente cumpridas e 30 não concretizadas. Das 149 destinadas a facilitar a vida aos cidadãos,

INICIATIVA

SUMÁRIO

81,8% foram executadas; das 84 destinadas a facilitar o trabalho das empresas 75,6% foram executadas.

O Simplex 2008 é constituído por cerca de 180 medidas. Destas, 47% destinam-se a facilitar a vida aos cidadãos no seu dia a dia no relacionamento com os serviços públicos e 42% a eliminar e a diminuir a carga burocrática imposta à actividade das empresas. Com as restantes 11% pretende-se melhorar a eficiência dos serviços públicos e reduzir custos de funcionamento.

Para as empresas, destaca-se a agilização do licenciamento de estabelecimentos e actividades de animação turística, centros escolares ou instalações desportiva; a criação de uma bolsa de Emprego para o Turismo; a simplificação do cumprimento de obrigações perante a Autoridade para as Condições do Trabalho; e o Licenciamento de áreas de Localização Empresarial (ALE) visando ganhos de tempo e redução de custos na instalação de empresas.

Investimento

Foi emitida em Conselho de Ministros de 24 de Janeiro de 2008 uma Resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar pelo Estado Português e a Fresenius Kabi AG e a Fresenius Kabi Pharma Portugal, Lda e a Labesfal, Laboratórios Almiro S.A., que tem por objecto a construção de uma nova unidade produtiva de cefalosporinas desta última sociedade, localizada em Tondela

Este projecto, cujo montante de investimento envolve cerca de 12,449 milhões de euros, permitirá criar 139 novos postos de trabalho, bem como manter os actuais 244 postos.

A Labesfal, Laboratórios Almiro S. A. é uma empresa do grupo Fresenius Kabi, um dos líderes mundiais na produção, desenvolvimento e distribuição de medicamentos para terapêutica intravenosa. Este projecto permitirá à Labesfal incrementar significativamente o seu volume de negócios, atribuindo à componente da internacionalização uma especial relevância, uma vez que grande parte da produção será destinada ao mercado internacional.

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Energia Eléctrica – Energia das Ondas</i> Decreto-Lei n.º 5/2008 – I Série n.º 5, de 8/01	Regulamenta, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 57/2007, de 31 de Agosto, o regime de acesso de gestão e de exercício da produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas do mar, em cumprimento de uma directiva comunitária relativa à produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis. Pretende-se que esta medida contribua para a produção e o aproveitamento de energias renováveis, ao mesmo tempo que incentiva a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico.
<i>Lâmpadas de Baixa Eficiência Energética</i> Portaria n.º 54/2008 – I Série n.º 13, de 18/01	Determina os tipos e modelos de lâmpadas de baixa eficiência energética sobre as quais incide a taxa estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 108/2007, de 12 de Abril, com o objectivo de compensar os custos ambientais decorrentes da sua utilização. A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Março de 2008.
<i>Reprivatização da GESCARTÃO</i> Decreto-Lei n.º 14/2008 – I Série n.º 14, de 21/01	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 19/2003, de 3 de Fevereiro, relativo ao processo de reprivatização da GESCARTÃO, SGPS, S. A., permitindo que o projecto de investimento da Imocapital SGPS, S. A., no âmbito do processo de reprivatização da totalidade do capital social da Gescartão, se adeque às circunstâncias actuais no sector do papel reciclado no espaço ibérico. Assim, prevê-se que se mantenha o volume de investimento que garanta a obrigação da quantidade de acréscimo anual mínimo de 150 000 toneladas para a produção de papel da Portucel Viana, bem como de um investimento global mínimo de 125 000 000 euros.
<i>Reprivatização da EDP</i>	Confirma, no âmbito da 7.ª fase de reprivatização da EDP - Energias de

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Despacho n.º 1626/2008 – II Série – Parte C n.º 10, de 15/01	Portugal, S. A., que o preço de referência das acções é de 4,62 € por acção e que o montante da emissão das obrigações é de 1.015.150.000 €.
<i>Reprivatização da EDP</i> Despacho n.º 1873/2008 – II Série - Parte C n.º 12, de 17/01	Regulamenta alguns aspectos da 7.ª fase de reprivatização da EDP - Energias de Portugal, S. A., determinando que as obrigações a emitir neste âmbito têm por activo subjacente um número de 151.517.000 acções representativas da capital social da EDP.
<i>Livro de Reclamações</i> Portaria n.º 70/2008 – I Série n.º 16, de 23/01	Altera a Portaria n.º 1288/2005, de 15 de Dezembro, que aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro. As alterações agora estabelecidas modificam a grelha indicativa de entidades competentes a que se refere a folha de instruções, aperfeiçoam a folha de reclamações, introduzindo novos elementos de identificação, e actualizam as referências feitas ao Instituto do Consumidor.
<i>Fundo Social Europeu (2007-2013)</i> Despacho normativo n.º 4-A/2008 – II Série - Parte C - n.º 17, de 24/01 (Suplemento)	Fixa a natureza e os limites máximos dos custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do período de programação 2007-2013.
<i>Projectos PIN</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2008 – I Série n.º 18, de 25/01	Prorroga, até 31 de Dezembro de 2008, o mandato da Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Projectos PIN - CAA-PIN, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2005, de 24 de Maio.
<i>Orçamento do Estado para 2008 – Rectificação</i> Declaração de Rectificação n.º 2/2008 – I Série n.º 19, de 28/01	Rectifica a Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2008 na parte referente às alterações ao IRS. Com a presente rectificação adita-se um novo escalão de rendimento à tabela onde são fixadas as taxas do imposto (artigo 68 do Código do IRS). Assim, as rendimentos superiores a 62 546 € é aplicada uma taxa de 42%.
<i>Taxas de Juro - Empreitadas de Obras Públicas</i> Aviso n.º 2151/2007 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças – II Série Parte C n.º 19, de 28/01	Fixa em 11,2%, a taxa supletiva de juros a aplicar, durante o primeiro semestre de 2008, no âmbito das empreitadas de obras públicas, no caso de o atraso no pagamento exceder o prazo estipulado nos termos do artigo 213.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, que estabeleceu o regime jurídico das empreitadas de obras públicas.
<i>Taxa de Juros Comerciais</i> Aviso n.º 2152/2008 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças – II Série Parte C n.º 19, de 28/01	Fixa em 11,2%, a taxa supletiva de juros comerciais a aplicar, durante o primeiro semestre de 2008, aos créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares e colectivas.
<i>Código dos Contratos Públicos</i> Decreto-Lei n.º 18/2008 – I Série n.º 20, de 29/01	Aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP). Pretende-se com este novo Código tornar mais eficiente a contratação pública, encurtar procedimentos e proceder a um acompanhamento e monitorização mais eficaz, garantindo um maior rigor na gestão dos dinheiros públicos. O Código dos Contratos Públicos entra em vigor a 29 de Julho de 2008.
<i>Fundo Social Europeu</i> Declaração de Rectificação n.º 3/2008 – I Série n.º 21, de 30/01	Rectifica o n.º 2 do artigo 52.º (período de elegibilidade da despesa) do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico de gestão, acesso e financiamento no âmbito dos programas operacionais financiados pelo Fundo Social Europeu. Com este diploma é rectificadada a data de apresentação das candidaturas à autoridade de gestão, que passa a ser 31 de Março de 2008, em vez de 31 de Janeiro de 2008 como estava anteriormente previsto.
<i>Centros Novas Oportunidades – Avaliadores</i> Aviso n.º 2473/2008 do Ministério da Educação - II Série - Parte C - n.º 22, de 31/01	Determina a abertura, de 1 a 29 de Fevereiro de 2008, do procedimento de acreditação de avaliadores externos no âmbito dos centros novas oportunidades para integrar júris de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) de níveis básico e secundário de educação. A apresentação de candidaturas deve efectuar-se através da Internet no endereço http://www.avaliadores.anq.gov.pt
<i>Biocombustíveis nos Combustíveis Fósseis</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2008 – I Série n.º 25, de 5/02	Aprova a estratégia para o cumprimento das metas nacionais de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis fósseis. O Governo decidiu aumentar o objectivo existente de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis fósseis de 5,75%, para 10%, em 2010. Neste sentido, o Conselho de Ministros resolve, entre outras medidas: - Criar condições que permitam a comercialização de combustíveis com incorporações de biocombustíveis superiores às constantes das normas vigentes; - Estabelecer que, para efeitos da medida anterior, apenas os volumes correspondentes até 15% de incorporação poderão incluir biocombustíveis que beneficiem do regime de isenção de ISP; - Promover a criação de condições para a introdução no consumo dos volumes de biocombustíveis que beneficiem do regime de

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Emissão de Dívida Pública</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2008 – I Série n.º 25, de 5/02	isenção de ISP, designadamente os substitutos da gasolina; - Definir incentivos económicos para os operadores de transporte público rodoviário em função do nível de incorporação de biocombustíveis substitutos do gasóleo, no exercício da sua actividade; - Determinar o estabelecimento de uma quota mínima de 5% de incorporação de biocombustíveis no gasóleo colorido e marcado a partir do 2.º semestre de 2008.
<i>Licenças de Emissão 2008 – 2010</i> Despacho n.º 2836/2008 – II Série – Parte C n.º 25, de 6/02	Aprova a lista de instalações existentes participantes no comércio de emissões, bem como, a atribuição inicial de licenças de emissão de gases com efeito de estufa para o período 2008 - 2010.
<i>Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos – ISP – Isenção e Redução de Taxas</i> Portaria n.º 117-A/2008 – I Série n.º 28, de 8/02	Completa e actualiza as formalidades e os procedimentos aplicáveis ao reconhecimento e controlo das isenções e das taxas reduzidas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP). Podem beneficiar de isenção do imposto as pessoas singulares ou colectivas que na sua actividade utilizem produtos petrolíferos e energéticos sujeitos a ISP, como matéria prima, na navegação comercial, na produção de energia, em transportes públicos e no transporte por caminho de ferro. A aplicação de uma taxa reduzida é possível na utilização destes produtos em equipamentos agrícolas e florestais e em motores fixos. A presente portaria produz efeitos a partir de 9 de Fevereiro de 2008.
<i>Programa de Intervenção do Turismo (PIT)</i> Despacho normativo n.º 9/2008 – II Série - Parte C n.º 31, de 13/02	Fixa em 6 000 000 € a dotação orçamental da Linha de Apoio II do Programa de Intervenção do Turismo (PIT) para o ano de 2008. No âmbito da intensidade do incentivo determina que a eventos para a projecção do destino Portugal podem ser atribuídos apoios de montante inferior a 100.000 €, superior a 20.000 €, desde que obtido previamente o acordo do promotor. O presente despacho produz efeitos desde 29 de Dezembro de 2007 e aplica-se aos eventos em relação aos quais não foi emitida a respectiva decisão final.
<i>Electricidade Verde – Extinção de Apoio</i> Despacho n.º 3545/2008 - II Série - Parte C n.º 31, de 13/02	Extingue a ajuda financeira ao consumo de energia eléctrica nas actividades agrícolas e pecuárias designada por subsídio à electricidade verde. Os efeitos do presente despacho retroagem à data de 1 de Março de 2006.
<i>QREN – Observatório</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2008 – I Série n.º 31, de 13/02	Cria a estrutura de missão responsável pelo exercício das funções do Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). O Observatório do QREN terá duração idêntica à dos Programas Operacionais e será apoiado em termos administrativos pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, do Ministério do Ambiente. A presente resolução produz efeitos desde a data da sua aprovação, 17 de Janeiro de 2008.
<i>Associações Públicas Profissionais</i> Lei n.º 6/2008 – I Série n.º 31, de 13/02	Estabelece o Regime das Associações Públicas Profissionais. Trata-se de pessoas colectivas de direito público que estão sujeitas a um regime de direito público no desempenho das suas tarefas públicas. Estas associações têm a denominação de «ordem» quando correspondem a profissões cujo exercício é condicionado pela obtenção prévia de uma habilitação académica de licenciatura ou superior e «câmara profissional» no caso contrário. As associações profissionais existentes podem solicitar ao Governo a submissão ao regime previsto na presente lei que entra em vigor a 14 de Março de 2008.

Abreviaturas Utilizadas

